

2º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Maio a Agosto/2012

Índice

Introdução.....	3
1. Demonstrativo da execução orçamentária e financeira	5
a. Geral.....	6
b. Hospitais Próprios.....	23
c. Grupo Hospitalar Conceição.....	23
2. Desembolso Financeiro – Fundo a Fundo (por Bloco)	24
3. Oferta e produção de serviços – rede própria.....	27
4. Indicadores	28
5. Análise da execução dos Objetivos Estratégicos do MS	32
Anexos.....	67

Introdução

Uma das principais diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) é a descentralização, para Estados e Municípios, de recursos e responsabilidades de execução das ações de saúde. Para a obtenção dos resultados esperados da execução descentralizada concorrem diversos fatores, com destaque para a autonomia federativa, que permite a adequação às realidades locais das linhas de atuação moduladas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), como também as diferentes realidades sociais inter e intra regionais. É importante destacar que para a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS contribuem ainda as participações do controle social e das instâncias intergestores Bipartite e Tripartite.

Nesse contexto, os resultados apresentados neste relatório configuram a consolidação dos desempenhos parciais das demais esferas de gestão, obtidas das decisões das direções únicas, e da execução centralizada das ações de saúde. Esses resultados devem ser debatidos de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático na interação entre o Estado e a Sociedade.

No âmbito federal, seguindo o estabelecido pela Lei Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu Art. 36, o MS atende à determinação legal da obrigação de prestação quadrimestral de contas por parte dos gestores do SUS, com objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializar o monitoramento e avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

O gestor federal, por meio deste relatório demonstra, de forma sistematizada, o desempenho das principais linhas de atuação setorial por intermédio da execução descentralizada e da execução direta da União. Na sua elaboração foi levado em conta a necessidade de prestação de contas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), guardando coerência com outros instrumentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de controle externo. Neste documento foram consideradas as observações da Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin)/CNS ao relatório apresentado no primeiro quadrimestre de 2012, incorporando, na medida do possível, as indicações necessárias aos parâmetros de análises dos períodos quadrimestrais posteriores.

Para cumprir tais objetivos, este relatório divide-se em cinco seções além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a

rede própria de hospitais e com participação da União. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação os resultados atingidos até o segundo quadrimestre do ano corrente, relacionando-os com a meta anual previamente traçada na Programação Anual de Saúde 2012 e em outras programações da pasta. No anexo consta as auditorias iniciadas e em andamentos pelo Departamento de Auditoria do SUS no mesmo período.

1. Demonstrativo da execução orçamentária e financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

O Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012.

Para o Ministério da Saúde, até 31 de agosto de 2012, estão fixados os seguintes limites:

LIMITES DE EMPENHO E PAGAMENTO – 2012

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$1,00

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	CONTIDO (B=A-C)	LIMITE EMPENHO (C)	% C/A	RP INSCRITO ⁽¹⁾ (D)	EMPENHO +RP (E=C+D)	LIMITE PAGAMENTO (F)	FINANCEIRO DESCOBERTO (G=E-F)	% F/E
1) DESPESAS ABRANGIDAS PELOS DECRETOS	77.985.110.449	5.875.381.430	72.109.729.019	92,47%	13.811.175.639	85.920.904.658	73.834.686.119	12.086.218.539	85,93%
1.1) DISCRICIONÁRIAS	18.859.585.013	5.875.381.430	12.984.203.583	68,85%	7.258.658.846	20.242.862.429	68.301.703.000	12.086.218.539	84,97%
1.2) OBRIGATÓRIAS	57.175.885.436		57.175.885.436	100,00%	2.969.173.674	60.145.059.110			
1.3) PAC	1.949.640.000		1.949.640.000	100,00%	3.583.343.119	5.532.983.119	5.532.983.119	0	100,00%
2) EXCEÇÃO AO DECRETO	14.175.074.813	0	14.175.074.813	100,00%	272.618.687	14.447.693.500	14.447.693.500	0	100,00%
2.1) PESSOAL	14.148.369.240		14.148.369.240	100,00%	91.111.856	14.239.481.096	14.239.481.096	0	100,00%
2.2) DÍVIDA	6.382.883		6.382.883	100,00%	136.747	6.519.630	6.519.630	0	100,00%
2.3) DESPESAS FINANCEIRAS - ANS	17.000.000		17.000.000	100,00%	10.529.830	27.529.830	27.529.830	0	100,00%
2.4) OCC	3.322.690		3.322.690	100,00%	170.840.254	174.162.944	174.162.944	0	100,00%
	92.160.185.262	5.875.381.430	86.284.803.832	93,62%	14.083.794.326	100.368.598.158	88.282.379.619	12.086.218.539	87,96%

Fonte Siafi. Obs.: (1) Restos a Pagar Inscrito: Fonte Siafi: 11/05/2011 - Não inclui folha de pagamento. Não inclui crédito extraordinário no valor de R\$279.005.000,00

a. Geral

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2012
GRANDES GRUPOS**

CONSOLIDADO - Ministério da Saúde

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2012)

EM R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012								%	%	
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
1	ITENS GLOBAIS	14.473.811.136	14.169.197.175	14.169.197.175	14.154.752.123	9.628.206.529	9.627.146.627	9.616.229.408	11.977.121	4.526.545.594	68,02	31,98
2	PESSOAL ATIVO	8.269.187.313	7.911.315.845	7.911.315.845	7.911.315.845	5.289.438.932	5.288.459.030	5.277.555.389	11.883.544	2.621.876.913	66,86	33,14
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	6.176.482.940	6.237.053.395	6.237.053.395	6.237.053.395	4.334.835.153	4.334.785.153	4.334.771.576	63.577	1.902.218.242	69,50	30,50
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	28.140.884	20.827.935	20.827.935	6.382.883	3.932.443	3.902.443	3.902.443	30.000	2.450.440	61,61	38,39
5	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS	60.471.681.962	67.994.722.327	73.264.086.686	73.723.717.351	43.558.830.643	34.725.809.921	34.571.132.753	8.987.697.890	30.164.886.708	59,08	40,92
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	29.307.353	10.000.000	10.000.000	10.000.000	2.774.687	1.775.842	1.775.467	999.220	7.225.313	27,75	72,25
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	262.574.061	330.000.000	320.000.000	320.000.000	251.664.792	139.306.117	138.695.314	112.969.478	68.335.208	78,65	21,35
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	40.116.890	48.510.000	46.510.000	46.510.000	30.123.936	17.862.392	17.862.392	12.261.544	16.386.064	64,77	35,23
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	914.936.139	999.300.000	995.300.000	995.300.000	637.897.319	405.499.323	395.956.502	241.940.818	357.402.681	64,09	35,91
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	265.338.063	372.550.000	359.950.000	359.950.000	231.884.431	153.375.202	138.171.318	93.713.113	128.065.569	64,42	35,58
12	PIONEIRAS SOCIAIS	628.000.000	691.000.000	691.000.000	691.000.000	463.083.333	460.666.667	460.666.667	2.416.667	227.916.667	67,02	32,98
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	145.850.977	192.000.000	192.000.000	192.000.000	96.000.000	69.725.289	69.703.754	26.296.246	96.000.000	50,00	50,00
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	39.044.509	53.514.000	53.514.000	53.514.000	45.290.796	21.099.809	21.063.435	24.227.361	8.223.204	84,63	15,37

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012									%	%
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	489.846.284	810.587.000	806.587.000	806.587.000	282.860.894	165.326.693	165.325.854	117.535.039	523.726.107	35,07	64,93
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.336.631.567	1.725.000.000	1.725.000.000	1.725.000.000	742.148.504	734.853.100	734.849.067	7.299.438	982.851.496	43,02	56,98
18	VACINAS E VACINAÇÃO	650.837.354	816.500.000	813.000.000	813.000.000	680.011.831	383.591.257	373.467.003	306.544.827	132.988.169	83,64	16,36
19	OUTROS PROGRAMAS	1.881.570.455	2.934.420.000	2.746.660.000	2.981.375.000	1.349.039.477	406.215.811	405.138.516	943.900.961	1.632.335.523	45,25	54,75
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	439.591.160	639.900.000	638.400.000	638.400.000	206.513.642	97.561.754	96.943.150	109.570.492	431.886.358	32,35	67,65
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	75.028.039	81.500.000	78.500.000	78.500.000	16.380.177	1.473.319	1.471.239	14.908.938	62.119.823	20,87	79,13
22	IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS	15.850.171	171.000.000	151.000.000	151.000.000	10.460.606	5.110.065	5.078.765	5.381.841	140.539.395	6,93	93,07
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	95.767.941	115.000.000	115.000.000	115.000.000	54.975.908	33.447.399	33.447.399	21.528.509	60.024.092	47,81	52,19
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	684.552.187	600.000.000	585.000.000	585.000.000	72.339.546	41.207.504	36.287.228	36.052.318	512.660.454	12,37	87,63
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	144.000.000	168.000.000	168.000.000	168.000.000	106.338.415	104.633.465	104.633.465	1.704.951	61.661.585	63,30	36,70
26	SAÚDE INDÍGENA	377.609.220	690.650.000	684.150.000	684.150.000	535.932.563	427.477.153	393.556.132	142.376.431	148.217.437	78,34	21,66
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	31.102.546.348	33.847.455.227	33.847.455.227	33.787.130.892	23.177.747.715	19.697.736.570	19.644.483.634	3.533.264.081	10.609.383.177	68,60	31,40
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	3.521.459.830	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	3.337.163.690	1.921.410.791	1.920.890.354	1.416.273.337	662.836.310	83,43	16,57
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	4.446.118.568	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	2.543.578.720	2.536.375.333	2.536.284.772	7.293.948	1.878.421.280	57,52	42,48
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	7.197.728.200	8.310.000.000	8.310.000.000	8.310.000.000	4.440.186.318	4.282.317.786	4.282.317.786	157.868.532	3.869.813.682	53,43	46,57
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	486.849.349	909.000.000	904.000.000	1.058.190.000	494.635.960	331.882.388	331.882.388	162.753.572	563.554.040	46,74	53,26

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012								%	%	
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	39.354.580	45.000.000	45.000.000	45.000.000	14.120.289	8.196.162	8.196.162	5.924.128	30.879.711	31,38	68,62
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	161.394.988	169.500.000	169.500.000	169.500.000	97.500.940	97.395.840	97.290.848	210.092	71.999.060	57,52	42,48
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.060.000.000	1.150.000.000	1.150.000.000	1.150.000.000	675.512.745	606.384.642	606.384.642	69.128.103	474.487.255	58,74	41,26
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	137.044.819	230.000.000	225.000.000	225.000.000	85.542.155	69.879.397	65.049.767	20.492.387	139.457.845	38,02	61,98
36	FARMÁCIAS POPULARES	774.605.000	1.100.000.000	1.100.000.000	1.210.000.000	780.990.063	737.346.244	737.346.244	43.643.820	429.009.937	64,54	35,46
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	171.520.624	213.935.000	213.935.000	213.935.000	59.378.656	25.554.774	25.510.941	33.867.715	154.556.344	27,76	72,24
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	160.286.907	149.000.000	149.000.000	149.000.000	38.341.918	13.422.114	13.414.226	24.927.691	110.658.082	25,73	74,27
39	AQUIS. E DISTRIB. MEDICAMENTOS/D ST/AIDS	804.802.000	788.000.000	788.000.000	788.000.000	698.992.068	252.484.610	233.492.638	465.499.431	89.007.932	88,70	11,30
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	384.518.685	631.000.000	611.000.000	631.000.000	379.896.311	87.912.773	87.199.625	292.696.686	251.103.689	60,21	39,79
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	321.911.388	326.148.000	326.148.000	326.148.000	212.139.055	212.139.055	212.139.055	0	114.008.945	65,04	34,96
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	265.094.054	253.253.100	253.253.100	253.253.100	166.034.795	166.034.795	166.034.795	0	87.218.305	65,56	34,44
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	985.390	1.000.000	1.000.000	1.000.000	345.359	210.940	209.696	135.664	654.641	34,54	65,46
45	EMENDAS NOMINATIVAS	919.008.859	0	5.569.224.359	5.570.274.359	541.003.029,48	8.917.547,88	8.912.517	532.090.513	5.029.271.330	9,71	90,29
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	246.787.943	296.191.900	296.191.900	296.191.900	156.292.429	96.304.533	96.188.011	60.104.418	139.899.471	52,77	47,23
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	89.440.820	106.000.000	106.000.000	106.000.000	75.784.403	34.249.913	34.141.866	41.642.537	30.215.597	71,49	28,51
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	145.510.865	177.462.000	177.462.000	177.462.000	72.784.284	54.330.879	54.322.404	18.461.881	104.677.716	41,01	58,99

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012									%	%
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	8.232.594	8.712.000	8.712.000	8.712.000	5.265.439	5.265.439	5.265.439	0	3.446.561	60,44	39,56
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	3.603.665	4.017.900	4.017.900	4.017.900	2.458.302	2.458.302	2.458.302	0	1.559.598	61,18	38,82
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	1.670.991.427	1.372.164.944	2.008.513.598	2.230.513.598	802.765.945	511.483.315	510.957.228	291.808.718	1.427.747.653	35,99	64,01
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	864.968.161	825.000.000	746.300.000	968.300.000	545.466.698	356.402.129	356.402.128	189.064.570	422.833.302	56,33	43,67
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	189.400.779	139.000.000	139.000.000	139.000.000	105.837.593	60.214.069	59.719.834	46.117.759	33.162.407	76,14	23,86
57	CONTROLE DE ENDEMIAS / ERRADIC. DO Aedes	21.581.572	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	134.671.993	225.100.000	210.500.000	210.500.000	27.599.020	4.702.854	4.687.446	22.911.574	182.900.980	13,11	86,89
59	OUTROS PROGRAMAS	35.479.446	41.500.000	34.500.000	34.500.000	19.090.189	7.964.715	7.948.271	11.141.918	15.409.811	55,33	44,67
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	67.744.201	69.960.000	69.960.000	69.960.000	40.985.920	40.985.920	40.985.920	0	28.974.080	58,58	41,42
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	66.967.268	70.816.098	70.816.098	70.816.098	40.549.015	40.549.015	40.549.015	0	30.267.083	57,26	42,74
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	369.746	788.846	788.846	788.846	664.613	664.613	664.613	0	124.233	84,25	15,75
63	EMENDAS NOMINATIVAS	289.808.260	0	736.648.654	736.648.654	22.572.897	0	0	22.572.897	714.075.757	3,06	96,94
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	1.523.573.465	1.844.716.020	1.835.416.020	1.835.430.055	1.136.330.340	707.700.417	503.777.596	632.552.744	699.099.715	61,91	38,09
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	142.178.160	110.000.000	108.000.000	109.000.000	94.097.996	85.517.844	85.394.243	8.703.753	14.902.004	86,33	13,67
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	29.773.479	31.000.000	31.000.000	33.300.000	21.544.198	15.496.158	15.475.102	6.069.097	11.755.802	64,70	35,30
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	23.386.414	32.000.000	32.000.000	32.800.000	14.699.498	10.639.037	10.604.653	4.094.846	18.100.502	44,82	55,18

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012									%	%
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SALDO	
69	VACINAS E VACINAÇÃO	980.212.027	958.000.000	934.000.000	937.850.000	744.101.751	448.822.511	246.506.027	497.595.724	193.748.249	79,34	20,66
70	ESTUDOS E PESQUISAS	97.023.572	100.500.000	97.500.000	98.500.000	51.787.958	39.255.380	38.546.104	13.241.854	46.712.042	52,58	47,42
71	OUTROS PROGRAMAS	81.194.376	441.573.000	436.573.000	427.623.000	83.557.145	46.020.643	45.308.602	38.248.543	344.065.855	19,54	80,46
72	FARMÁCIAS POPULARES	139.524.308	142.000.000	142.000.000	142.000.000	106.010.254	41.417.305	41.411.326	64.598.928	35.989.746	74,66	25,34
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	18.841.747	19.080.000	19.080.000	19.094.035	13.861.833	13.861.833	13.861.833	0	5.232.202	72,60	27,40
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	10.252.781	10.429.176	10.429.176	10.429.176	6.544.974	6.544.974	6.544.974	0	3.884.203	62,76	37,24
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	3.892	133.844	133.844	133.844	124.731	124.731	124.731	0	9.113	93,19	6,81
76	EMENDAS NOMINATIVAS	1.182.708	0	24.700.000	24.700.000	0	0	0	0	24.700.000	0,00	100,00
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANSS	120.257.527	122.897.688	122.897.688	122.897.688	92.874.498	54.057.468	54.057.468	38.817.030	30.023.190	75,57	24,43
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	14.643.058	32.000.000	32.000.000	32.000.000	31.041.117	19.521.222	19.521.222	11.519.895	958.883	97,00	3,00
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	67.877.338	44.000.000	44.000.000	44.000.000	31.690.762	17.420.205	17.420.205	14.270.557	12.309.238	72,02	27,98
80	OUTROS PROGRAMAS	34.627.438	43.601.000	43.601.000	43.601.000	28.103.870	15.077.293	15.077.293	13.026.578	15.497.130	64,46	35,54
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	2.515.732	2.616.000	2.616.000	2.616.000	1.676.056	1.676.056	1.676.056	0	939.944	64,07	35,93
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	593.961	680.688	680.688	680.688	362.693	362.693	362.693	0	317.995	53,28	46,72
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	54.168.220	73.503.547	75.503.547	75.687.547	44.280.796	31.518.488	29.233.392	15.047.404	31.406.751	58,50	41,50
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	35.805.397	54.487.547	54.487.547	54.487.547	28.305.668	17.789.494	16.561.115	11.744.553	26.181.879	51,95	48,05

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012									%	%
	2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	SAL DO	
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	17.262.994	17.616.000	17.616.000	17.800.000	13.478.644	12.654.580	11.617.046	1.861.599	4.321.356	75,72	24,28
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	1.099.829	1.400.000	1.400.000	1.400.000	622.709	606.269	606.269	16.440	777.291	44,48	55,52
87	EMENDAS NOMINATIVAS	0	0	2.000.000	2.000.000	1.873.775	468.145	448.963	1.424.812	126.225	93,69	6,31
MS - TOTAL GERAL		78.561.271.682	85.873.393.601	91.771.806.614	92.439.190.262	55.419.581.180	45.754.020.769	45.381.575.856	10.038.005.325	37.019.609.082	59,95	40,05

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Acompanhamento Mensal da Receita Própria – detalhamento FNS – 2012

36901 – Fundo Nacional de Saúde – FNS

Posição: Agosto fechado (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Realizado 2011	Lei nº 12.595, de 19.01.2012			Receita Realizada					
SIAFI	Denominação	FTE		INICIAL	CRÉDITO EM ANDAMENTO	LEI + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
13110000	ALUGUÉIS	0150	186.477	193.486		193.486	7.952	6.769	26.486	28.444	19.733	14.086
13330100	RECEITA CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO ÁREA PÚBLICA	0150	(3)	8.731		8.731	0	0	0	195	1.698	(1.893)
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	0150						45.074	0	0	0	1.500
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	0150	0	2.757		2.757	0	0	0	0	0	(31.498)
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0150	164.112	416.082		416.082	1.547	2.207	1.199	766	1.847	803
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	0150	157.415	135.195		135.195	7.372	11.819	11.474	10.858	26.736	12.184
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0150	2.107.988	4.186.632		4.186.632	11.666	7.472	10.146	961	6.626	552
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0150	475.137	495.633		495.633	144.763	53.156	68.260	101.877	45.216	67.054
19199900	OUTRAS MULTAS	0150	1.728.598	0		0	145.680	106.298	256.889	557.317	243.120	102.652
19220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNÍOS	0182	239.385.820	216.800.608		216.800.608	9.434.438	22.788.624	41.007.782	-8.548.822	16.742.875	10.766.675
19220200	RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0150	100.874	128.303		128.303	0	0	0	0	0	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0150	76.236.412	741.838		741.838	0	0	0	94	563	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0186	-	0	44.339.234	44.339.234	0	0	0	0	25.939.122	0

RECEITA			Realizado 2011	Lei nº 12.595, de 19.01.2012			Receita Realizada					
SIAFI	Denominação	FTE		INICIAL	CRÉDITO EM ANDAMENTO	LEI + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	49.093.961	27.497.699		27.497.699	7.484.714	4.141.847	3.875.596	2.388.741	8.129.230	1.353.823
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	0150	120.851	81.415		81.415	6.389	35.544	16.863	7.597	37.511	9.840
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	0150	2.964.527.772	4.238.217.949		4.238.217.949	529.784.202	257.991.094	318.240.277	272.429.360	262.451.441	230.904.008
79189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS	0150	46.885	6.769		6.769	45.944	49.613	123.264	49.508	52.122	49.702
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0150	1.332.551	2.205.331		2.205.331	1.945.348	444.417	1.653.857	3.074.077	2.788.514	2.385.743
19909900	OUTRAS RECEITAS	0150	4.173.598	23		23	2.141	135	3.810	1.983	410	3.705
Total			3.339.838.448	4.491.118.451	44.339.234	4.535.457.685	549.022.156	285.684.069	365.295.903	270.102.956	316.486.764	245.638.936

Em R\$ 1,00

RECEITA			Receita Realizada		Receita Prevista				Total		Frustração ou Excesso	Proposta para 2013
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Ago	Projeção Jan/Dez		
13110000	ALUGUÉIS	0150	12.803	12.803	16.124	16.124	16.124	16.122	114.989	179.483	-14.003	215.102
13330100	RECEITA CONCESSÃO DIREITO REAL DE USO ÁREA PÚBLICA	0150	-	-	200	200	200	200	1.893	2.693	-6.038	0
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	0150	1.500	1.500	0	0	0	0	48.074	48.074	48.074	0
16000599	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	0150	-	-	230	230	230	227	0	917	-1.840	0
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0150	545	1.095	15.000	15.000	15.000	15.000	9.207	69.207	-346.875	38.150
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	0150	114.232	27.120	11.266	11.266	11.266	11.269	209.611	254.678	119.483	169.330
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0150	822	1.712	200.000	200.000	200.000	200.000	39.405	839.405	-3.347.227	1.782.719
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM	0150	56.387	95.682	75.000	75.000	75.000	75.000	565.342	865.342	369.709	857.780

RECEITA			Receita Realizada		Receita Prevista				Total		Frustração ou Excesso	Proposta para 2013
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Ago	Projeção Jan/Dez		
	CONTRATOS											
19199900	OUTRAS MULTAS	0150	188.241	391.281	0	0	0	0	1.888.825	1.888.825	1.888.825	2.401.209
19220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0182, 151,150,100	17.322.300	15.226.890	16.300.000	16.300.000	16.300.000	16.300.000	113.974.087	179.174.087	-37.626.521	0
19220200	RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0150	0	0	500	500	500	500	0	2.000	-126.303	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0150	0	0	15.000	15.000	15.000	15.000	657	60.657	-681.181	0
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0186	0	16.440.548	2.628.580	2.628.580	2.628.580	2.628.632	42.379.670	52.894.042	8.554.808	44.994.546
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	1.140.161	5.551.473	4.200.000	4.200.000	4.200.000	4.200.000	32.711.763	49.511.763	22.014.064	57.624.393
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	0150	114.471	23.960	16.000	16.000	16.000	16.000	242.335	306.335	224.920	179.338
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	0150	235.951.580	255.537.415	245.000.000	230.000.000	230.000.000	220.000.000	2.132.385.369	3.057.385.369	-1.180.832.580	3.408.171.390
79189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS	0150	54.782	47.707	50.000	50.000	50.000	50.000	422.940	622.940	616.171	0
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0150	2.244.784	1.356.340	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	13.507.337	21.507.337	19.302.006	0
19909900	OUTRAS RECEITAS	0150	1.953	1.818	2	2	2	1	12.249	12.256	12.233	72.266
Total			257.204.561	294.717.345	270.527.902	255.527.902	255.527.902	245.527.951	2.338.513.754	3.365.625.411	-1.169.832.274	3.516.506.223

Fonte: SIAFI; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Em restituições de convênios está sendo considerado as fontes (100,150,151 e 182)

Em janeiro o valor lançado de R\$ 265 em Outras Receitas refere-se a Tarifa Inscr. Concursos e Processos Seletivos

Em abril o valor de R\$ 195 lançado em Outras Receitas refere-se a Rec. Concess. De Direito Real de Uso de Área Pública

Acompanhamento Mensal da Receita Própria – resumo de todas as Unidades – 2012

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 12.595, de 19.01.2012 LEI + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	agosto	Total
36901 - FNS	4.491.118.451	549.022.156	285.684.069	365.295.903	270.102.956	316.486.762	245.638.936	257.204.561	294.717.345	2.584.152.688
36211 - FUNASA	78.297.329	5.888.112	5.742.061	3.632.031	4.103.859	10.259.415	6.514.648	3.815.691	11.617.443	51.573.261
36201 - FIOCRUZ	83.205.212	6.629.460	5.838.148	6.952.723	5.891.733	8.023.203	7.175.392	7.723.575	7.452.335	55.686.570
36212 - ANVISA	389.031.457	32.427.021	30.178.053	31.218.102	29.507.132	34.136.007	29.125.763	32.106.331	29.997.238	248.695.645
36213 - ANS	116.694.001	3.836.750	3.304.540	25.337.978	4.858.902	5.415.019	23.176.454	7.009.025	4.676.512	77.615.179
36208 - HCR	200.196	22.561	9.507	62.677	9.896	10.103	9.091	8.755	13.469	146.059
36209 - HF	235.531	11.747	12.477	11.355	9.624	17.980	9.515	9.839	11.657	94.196
36210 - HNSC	2.550.066	189.693	143.492	179.869	125.280	122.883	121.285	150.774	202.829	1.236.105
Total	5.161.332.243	598.027.500	330.912.347	432.690.638	314.609.383	374.471.370	311.771.084	308.028.552	348.688.829	3.019.199.702

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Em restituições de convênios está sendo considerado as fontes (100,150,151 e 182)

Em janeiro o valor lançado de R\$ 265 em Outras Receitas refere-se a Tarifa Inscr. Concursos e Processos Seletivos

Em abril o valor de R\$ 195 lançado em Outras Receitas refere-se a Rec. Concess. De Direito Real de Uso de Área Pública

Execução por Fontes de Recursos

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$1,00

Fonte de Recursos			Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
00	00	RECURSOS ORDINARIOS	4.203.676.045,00	192.997.819,04	82.170.184,89	82.168.940,89
18	18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	6.567.103,00	0,00	0,00	0,00
43	43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	1.233.243,00	665.702,03	665.702,03	665.702,03
44	44	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	5.149.640,00	3.266.741,43	3.236.741,43	3.236.741,43
48	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	203.483.400,00	5.393.628,29	2.942.011,11	2.942.011,11
50	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.375.544.875,00	2.539.267.480,26	2.450.904.774,48	2.450.877.571,38
51	51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	33.664.925.888,00	20.116.535.705,15	16.582.957.360,79	16.274.701.022,86
53	53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	49.175.620.777,00	32.234.236.894,18	26.412.160.570,20	26.348.116.963,66
74	74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	481.286.721,00	302.413.516,61	215.804.935,65	215.688.413,51
80	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	20.176.549,00	8.158.436,81	3.178.488,90	3.178.488,90
82	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	297.092.098,00	16.645.256,63	0,00	0,00
86	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.433.923,00	0,00	0,00	0,00
Total:			92.439.190.262,00	55.419.581.180,43	45.754.020.769,48	45.381.575.855,77

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

**SALDO FINANCEIRO NAS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE EM
31/08/2012**

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$ 1,00

UG Executora			Limite de Saque com Vinculação Pagamento
250001	250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	3.160,19
250005	250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	244.559.325,13
250006	250006	COORDENACAO DE RECURSOS HUMANOS/MS	2.770.955,45
250007	250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	90.344,11
250009	250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	41.140,15
250010	250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	457.418,99
250012	250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	17.195,46
250013	250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	127.380,70
250014	250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	81.610,44
250015	250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	666.509,04
250016	250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	212.729,72
250017	250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	32.335,97
250019	250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	73.289,78
250021	250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	463.193,07
250022	250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	179.443,36
250023	250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	54.219,83
250024	250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	64.298,26
250025	250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	232.272,11
250026	250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	93.011,71
250027	250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	128.180,46
250028	250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	76.386,84
250029	250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	189.526,67
250030	250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	48.517,50
250031	250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	2.101.409,37
250032	250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	157.239,72
250033	250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	137.675,34
250034	250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	9.167,17
250035	250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	84.545,30
250036	250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	210.175,79
250037	250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	812.720,18
250038	250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	58.317,16
250039	250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	125.527,72
250042	250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	516.377,80
250052	250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	1.370.398,59
250057	250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	349.018,87
250059	250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	554.723,24
250061	250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	2.837.540,27

UG Executora			Limite de Saque com Vinculação Pagamento
250088	250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANÇAS	110.042.262,31
250098	250098	DEPARTAMENTO DE INFORMATICA DO SUS	155.836,08
250100	250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	90.006,83
250103	250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	4.131.843,89
250104	250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	308.448,36
250105	250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	33.859,47
250106	250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ	2.593.223,45
250107	250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	14.666.391,23
250110	250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	10.582.919,10
253002	253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	4.461.964,78
253003	253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	6.731.194,49
253004	253004	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	15.989,53
253005	253005	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	20.086,36
253006	253006	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	39.335,21
253007	253007	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	24.435,98
253008	253008	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	51.897,07
253009	253009	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	11.436,58
253010	253010	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	4.293,41
253011	253011	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	11.921,69
253012	253012	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	51.134,68
253013	253013	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	14.603,67
253014	253014	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	173,52
253015	253015	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	30.000,00
253016	253016	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	4.764,82
253017	253017	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	15.686,22
253018	253018	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	19.055,93
253019	253019	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	14.591,86
253020	253020	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	45.639,67
253021	253021	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	9.804,55
253022	253022	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	2.195,44
253023	253023	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	685,40
253024	253024	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	3.322,32
253025	253025	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	1.611,59
253026	253026	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	5.013,29
253027	253027	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	15.844,43
253028	253028	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	7.972,64
253029	253029	COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS	15.903,86
253032	253032	GERENCIA GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	2.839.742,11
253033	253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	1.138.977,26
253034	253034	ANS - SÃO PAULO	266.112,72
254420	254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	108.307.837,94
254421	254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	306.933,65

UG Executora			Limite de Saque com Vinculação Pagamento
254422	254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	136.651,19
254423	254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	335.622,02
254445	254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	39.904.326,04
254446	254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	17.779.428,00
254447	254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	4.882.984,75
254448	254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	2.980.949,22
254450	254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA	23.971.263,22
254462	254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	1.898.818,65
254463	254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	402.473,34
254474	254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	64.248,29
254488	254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	1.713.275,28
255000	255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	211.785.549,55
255001	255001	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - AC	412,10
255002	255002	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - AL	843,55
255003	255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	20.880,00
255004	255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	349.432,15
255005	255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	25.591,24
255006	255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	257,83
255008	255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	17.471,34
255009	255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	20.050,23
255010	255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	203.141,72
255011	255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	42.267,68
255012	255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	1.705,88
255013	255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	5.830,16
255014	255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	6.284,74
255015	255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	24.523,94
255016	255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	2.956,99
255017	255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	1.782,73
255018	255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	185.753,05
255019	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	435.946,06
255020	255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	167.036,70
255021	255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	92.899,94
255022	255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	56.690,56
255023	255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	7.586,70
255024	255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	35.073,46
255025	255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	68.113,40
255026	255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	22.611,77
255027	255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	12.717,97
257001	257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	246.435.336,53
257002	257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	220.280,59
257003	257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	1.792.988,91
257005	257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	447.876,69

UG Executora			Limite de Saque com Vinculação Pagamento
257020	257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	320.003,17
257021	257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	9.272,39
257022	257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	294.412,52
257023	257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	332.519,91
257024	257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	123.248,74
257025	257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOEES	123.936,17
257026	257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	86.581,04
257027	257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	230.450,28
257028	257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	104.593,70
257029	257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOEES	95.499,14
257030	257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	38.515,03
257031	257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	138.238,76
257032	257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	55.807,39
257033	257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	131.460,96
257034	257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	35.146,79
257035	257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	20.134,28
257036	257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	1.138.648,31
257037	257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	212.423,88
257038	257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	433.004,07
257039	257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	57.772,23
257040	257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	317.975,36
257041	257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	602.037,98
257042	257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	170.786,28
257043	257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	88.342,77
257044	257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	82.968,18
257045	257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	326.353,74
257046	257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	74.605,83
257047	257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	263.602,00
257048	257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	151.504,93
257049	257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	266.363,71
257050	257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	53.895,75
257051	257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	207.709,96
257052	257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	261.461,43
257053	257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	109.893,85
257054	257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	22.965,43
366001	366001	HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	2.498.307,09
366002	366002	HOSPITAL FEMINA S/A	5.456.893,31
366003	366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	1.699.970,65
Total:			1.100.279.476,02

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
(2003 a 2011 – a serem pagos em 2012)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: AGOSTO / 2012 (INSCRITOS e REINSCRITOS EM 2012-FECHADO)

EM R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESTOS A PAGAR						
	INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR			
				LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL	
1	PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	251.528	0	251.528	0	0	0
2	PESSOAL ATIVO	71.233.898	32.522.289	3.111.463	6.106.656	29.493.491	35.600.146
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	19.971.766	0	18.052	0	19.953.713	19.953.713
4	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	136.747	0	0	0	136.747	136.747
	SUBTOTAL	91.593.939	32.522.289	3.381.043	6.106.656	49.583.951	55.690.607
5	FNS	9.172.957.588	173.769.635	4.271.983.006	715.731.818	4.011.475.078	4.727.206.896
6	ANVISA	68.785.233	1.983.465	41.051.488	37.855	25.712.425	25.750.280
7	FUNASA	4.224.171.732	345.799.870	753.572.873	1.731.380.184	1.393.418.805	3.124.798.989
8	FIOCRUZ	470.627.023	4.271.172	330.226.694	23.451.016	112.678.141	136.129.157
9	ANSS	31.727.755	8.817.787	17.680.417	0	5.229.551	5.229.551
10	GHC	24.892.283	665.160	14.623.466	2.104	9.601.552	9.603.656
	SUBTOTAL	13.993.161.614	535.307.090	5.429.137.945	2.470.602.976	5.558.115.552	8.028.718.528
	MS - TOTAL GERAL	14.084.755.554	567.829.379	5.432.518.989	2.476.709.632	5.607.699.503	8.084.409.135

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

b. Hospitais Próprios

Execução Orçamentária – 2012

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 10.09.2012)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012							SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
		EXECUTADO EM 2011	PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADADO (C)	PAGO (D)	
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - na Região Norte	9.818.387	12.000.000	12.000.000	12.000.000	1.611	0	0	11.998.389
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - INC - No Estado do Rio de Janeiro	92.868.146	107.500.000	107.500.000	107.500.000	67.659.723	42.415.162	40.979.456	39.840.277
10.302.2015.6217.0123	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral dos Servidores - RJ	171.141.936	182.300.000	180.500.000	180.500.000	102.522.150	78.030.310	76.788.312	77.977.850
10.302.2015.6217.0127	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral de Bonsucesso - RJ	162.500.968	169.500.000	168.300.000	168.300.000	124.564.464	77.604.050	73.266.607	43.735.536
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO -No Estado do Rio de Janeiro	160.365.097	232.000.000	232.000.000	232.000.000	127.538.706	12.645.152	11.576.074	104.461.294
10.122.1220.1K09.0101	Implantação da Nova Sede do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO –RJ	37.999.987	0	0	0	0	0	0	0
10.302.2015.6217.0629	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde- Hospital Geral de Jacarepaguá - RJ	64.661.592	72.000.000	72.000.000	72.000.000	36.994.688	26.655.852	26.655.852	35.005.312
10.302.2015.6217.0631	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Min. da Saúde- Hospital Geral de Ipanema – RJ	55.555.792	64.000.000	64.000.000	64.000.000	36.066.890	24.594.564	24.594.564	27.933.110
10.302.2015.6217.0633	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Minist. da Saúde- Hospital Geral do Andaraí - RJ	91.918.727	90.000.000	89.000.000	89.000.000	73.867.800	46.825.185	46.825.185	15.132.200
10.302.2015.6217.0635	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Minist. da Saúde- Hospital Geral da Lagoa – RJ	68.105.508	70.000.000	70.000.000	70.000.000	57.199.071	35.291.786	33.975.073	12.800.929
TOTAL		914.936.140	999.300.000	995.300.000	995.300.000	626.415.103	344.062.061	334.661.123	368.884.897

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

c. Grupo Hospitalar Conceição

Execução Orçamentária – 2012

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 10.09.2012)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2011	ORÇAMENTO 2012 - LEI Nº 12.595 DE 19.01.2012							SALDO ORÇAMEN-TÁRIO E = (A - B)
		PLOA 2012	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)		
10.128.2115.6149.0001 Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp.Cristo Redentor - RS	696.404	860.000	860.000	860.000	469.810	469.810	469.810	390.190	
10.128.2115.6149.0001 Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp.Fêmeina - RS	644.429	900.000	900.000	900.000	460.270	460.270	460.270	439.730	
10.128.2115.6149.0001 Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp. Nossa Senhora da Conceição - RS	9.302.793	11.740.000	11.740.000	11.740.000	6.774.897	6.774.897	6.774.897	4.965.103	
10.302.2015.6217.0637 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Cristo Redentor - RS	5.946.127	7.000.000	7.000.000	7.000.000	4.568.468	2.236.201	2.205.943	2.431.532	
10.302.2015.6217.0627 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Fêmeina - RS	2.960.485	6.000.000	6.000.000	6.000.000	1.559.235	728.194	685.264	4.440.765	
10.302.2015.6217.0627 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Nossa Senhora da Conceição - RS	15.304.852	27.000.000	27.000.000	27.000.000	13.856.238	6.406.439	5.803.372	13.143.762	
ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	34.855.090	53.500.000	53.500.000	53.500.000	27.688.918	17.075.811	16.399.556	25.811.082	

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro – Fundo a Fundo (por Bloco)

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 28.09.2012)

UF	ATENÇÃO BÁSICA	MAC	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	GESTÃO DO SUS	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INVESTIMENTO	TOTAL	%
AC	38.564.722,54	96.870.790,99	3.124.577,61	3.939.057,29	8.680.728,73	3.550.435,66	154.730.312,82	0,52%
AP	31.172.195,17	54.697.013,45	2.491.613,84	7.848.863,67	9.066.119,18	2.960.066,35	108.235.871,66	0,36%
AM	149.086.199,05	267.038.539,69	15.964.116,74	2.892.577,41	32.003.069,66	11.978.233,43	478.962.735,98	1,60%
PA	307.568.591,99	506.797.240,75	35.129.778,44	2.314.739,60	62.805.559,29	32.567.122,26	947.183.032,33	3,17%
RO	71.234.806,26	126.300.934,31	7.104.738,14	7.564.344,12	14.107.644,32	13.607.019,70	239.919.486,85	0,80%
RR	22.052.430,82	39.648.485,96	1.835.783,19	4.320.891,23	6.082.926,19	1.388.253,31	75.328.770,70	0,25%
TO	93.848.423,57	134.450.485,24	6.613.246,83	4.618.675,66	12.213.467,90	11.909.855,39	263.654.154,59	0,88%
NORTE	713.527.369,40	1.225.803.490,39	72.263.854,79	33.499.148,98	144.959.515,27	77.960.986,10	2.268.014.364,93	7,60%
AL	166.556.732,66	317.509.028,55	18.975.549,97	4.870.181,54	19.373.668,49	9.071.489,32	536.356.650,53	1,80%
BA	676.943.997,40	1.440.492.904,50	74.752.188,73	8.896.613,94	72.789.083,19	56.740.494,03	2.330.615.281,79	7,81%
CE	421.427.378,35	770.664.970,26	53.529.560,45	5.391.804,95	51.480.744,68	64.384.853,43	1.366.879.312,12	4,58%
MA	389.937.707,36	534.209.119,36	30.508.104,22	5.259.573,25	46.349.102,31	24.514.577,58	1.030.778.184,08	3,45%
PB	258.988.934,03	363.627.696,59	20.876.213,19	4.949.148,56	19.494.951,42	16.010.969,22	683.947.913,01	2,29%
PE	428.428.492,98	1.003.206.169,71	50.420.911,17	5.289.366,29	53.564.576,71	17.448.709,88	1.558.358.226,74	5,22%
PI	211.627.779,62	289.372.879,51	15.910.594,89	6.815.887,51	17.364.859,48	14.413.599,38	555.505.600,39	1,86%
RN	184.327.811,57	281.882.691,05	18.859.364,90	4.678.810,93	18.704.255,25	11.671.430,41	520.124.364,11	1,74%
SE	111.668.532,98	246.736.497,30	12.227.580,02	7.784.918,59	12.346.130,82	6.189.031,86	396.952.691,57	1,33%
NORDESTE	2.849.907.366,95	5.247.701.956,83	296.060.067,54	53.936.305,56	311.467.372,35	220.445.155,11	8.979.518.224,34	30,08%
ES	131.654.814,29	317.021.921,37	37.612.874,89	3.242.582,98	20.424.318,21	5.819.248,12	515.775.759,86	1,73%
MG	885.904.474,87	1.901.095.823,66	136.695.006,91	13.393.034,35	101.460.187,55	96.860.845,49	3.135.409.372,83	10,50%
RJ	474.213.341,31	1.573.435.600,90	87.137.284,75	11.340.218,71	88.215.226,66	29.637.095,14	2.263.978.767,47	7,58%
SP	1.042.751.374,12	4.420.174.006,06	398.525.316,53	20.633.833,95	170.816.570,60	79.690.901,09	6.132.592.002,35	20,54%
SUDESTE	2.534.524.004,59	8.211.727.351,99	659.970.483,08	48.609.669,99	380.916.303,02	212.008.089,84	12.047.755.902,51	40,35%
PR	392.971.421,46	1.204.171.925,70	79.550.176,40	4.888.722,55	40.770.979,63	40.388.966,97	1.762.742.192,71	5,90%
RS	312.192.025,89	1.172.769.528,65	59.226.708,90	6.832.738,82	40.261.371,52	28.010.384,65	1.619.292.758,43	5,42%
SC	271.957.294,57	609.038.323,30	63.072.080,76	5.661.505,32	22.779.826,76	23.089.766,76	995.598.797,47	3,33%
SUL	977.120.741,92	2.985.979.777,65	201.848.966,06	17.382.966,69	103.812.177,91	91.489.118,38	4.377.633.748,61	14,66%
DF	49.168.129,22	292.106.655,09	19.779.814,23	593.758,70	14.381.148,02	7.770.710,00	383.800.215,26	1,29%
GO	248.792.123,91	515.148.328,59	44.353.209,85	5.932.294,63	36.258.116,81	25.744.140,76	876.228.214,55	2,93%
MT	142.293.621,56	279.705.009,52	17.539.740,33	5.264.685,21	25.368.015,86	20.893.101,99	491.064.174,47	1,64%
MS	108.496.140,76	277.823.925,87	16.486.971,52	2.914.251,92	17.196.157,85	8.758.867,90	431.676.315,82	1,45%
CENTRO-OESTE	548.750.015,45	1.364.783.919,07	98.159.735,93	14.704.990,46	93.203.438,54	63.166.820,65	2.182.768.920,10	7,31%
TOTAL	7.623.829.498,31	19.035.996.495,93	1.328.303.107,40	168.133.081,68	1.034.358.807,09	665.070.170,08	29.855.691.160,49	100,00%

Fonte: FNS/Portal da Transparência

2.1) Transferência a Estados – Empenho por Modalidade de Aplicação

Execução por Modalidade de Aplicação - 30/31/40/41

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

Em R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	22.050.062,66	95.666.873,17	4.801.354,08	58.613.848,74	181.132.138,65
AL	ALAGOAS	17.042.075,68	108.545.843,48	1.487.500,00	485.625.493,95	612.700.913,11
AM	AMAZONAS	16.244.913,94	269.042.156,85	875.213,64	212.207.999,62	498.370.284,05
AP	AMAPA	0,00	38.094.576,35	22.788.260,70	76.307.988,99	137.190.826,04
BA	BAHIA	68.624.802,70	861.237.222,20	27.193.030,26	1.639.505.222,74	2.596.560.277,90
CE	CEARA	14.195.032,58	199.215.127,67	28.996.178,74	1.292.468.380,94	1.534.874.719,93
DF	DISTRITO FEDERAL	262.441.487,40	415.378.941,92	0,00	0,00	677.820.429,32
ES	ESPIRITO SANTO	2.207.533,31	321.173.565,47	6.279.228,45	251.455.445,08	581.115.772,31
GO	GOIAS	19.377.520,00	61.064.458,19	23.839.973,52	914.649.349,51	1.018.931.301,22
MA	MARANHAO	0,00	226.823.210,97	9.720.758,82	930.278.397,82	1.166.822.367,61
MG	MINAS GERAIS	150.619.643,25	734.067.384,09	57.304.467,93	2.715.925.766,39	3.657.917.261,66
MS	MATO GROSSO DO SUL	15.366.274,64	70.202.061,74	4.155.074,98	422.850.596,48	512.574.007,84
MT	MATO GROSSO	2.500.000,00	142.038.433,14	38.438.928,80	371.163.939,48	554.141.301,42
PA	PARA	13.376.583,98	130.223.016,79	21.209.704,04	900.147.003,24	1.064.956.308,05
PB	PARAIBA	10.542.153,42	50.302.581,19	12.672.275,53	693.587.774,44	767.104.784,58
PE	PERNAMBUCO	259.324.374,63	571.941.188,48	22.324.589,12	1.111.678.646,19	1.965.268.798,42
PI	PIAUI	5.724.928,04	72.359.902,95	28.896.802,92	521.166.192,65	628.147.826,56
PR	PARANA	19.850.704,06	652.136.821,07	26.967.354,15	1.238.064.596,11	1.937.019.475,39
RJ	RIO DE JANEIRO	26.959.100,00	451.661.914,46	8.113.459,01	2.206.037.366,01	2.692.771.839,48
RN	RIO GRANDE DO NORTE	7.986.906,61	126.502.583,18	5.634.014,13	477.336.842,23	617.460.346,15
RO	RONDONIA	0,00	83.679.724,02	17.015.619,63	160.245.589,42	260.940.933,07
RR	RORAIMA	5.840.190,00	38.752.110,11	6.000.000,00	61.892.020,26	112.484.320,37
RS	RIO GRANDE DO SUL	28.660.180,53	716.526.087,78	19.948.558,69	1.282.958.473,53	2.048.093.300,53
SC	SANTA CATARINA	6.171.238,40	324.676.261,25	24.625.220,62	726.002.826,84	1.081.475.547,11
SE	SERGIPE	1.493.494,00	136.269.064,33	19.572.915,32	296.170.290,80	453.505.764,45
SP	SAO PAULO	117.090.066,47	2.787.926.553,57	51.874.505,25	4.081.068.054,26	7.037.959.179,55
TO	TOCANTINS	1.698.347,54	77.237.177,26	4.204.677,23	187.537.686,99	270.677.889,02
Total:		1.095.387.613,84	9.762.744.841,68	494.939.665,56	23.314.945.792,71	34.668.017.913,79

Fonte: Sfiati; SPO/SE/MS

2.2) Transferência a Estados – Liquidado por Modalidade de Aplicação

Execução por Modalidade de Aplicação - 30/31/40/41

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 19.09.2012)

R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	1.440.000,00	87.939.584,13	0,00	42.789.270,33	132.168.854,46
AL	ALAGOAS	372.395,68	91.343.160,91	0,00	414.858.628,08	506.574.184,67
AM	AMAZONAS	0,00	223.461.631,38	500.122,08	197.814.409,83	421.776.163,29
AP	AMAPA	0,00	25.423.125,13	13.672.956,42	65.313.067,96	104.409.149,51
BA	BAHIA	34.208.023,07	782.693.277,08	13.262.301,57	1.380.644.457,51	2.210.808.059,23
CE	CEARA	250.753,42	170.331.222,98	14.521.594,14	1.141.073.470,58	1.326.177.041,12
DF	DISTRITO FEDERAL	260.629.210,56	338.782.110,44	0,00	0,00	599.411.321,00
ES	ESPIRITO SANTO	1.207.533,31	268.901.822,58	3.113.278,65	220.539.931,91	493.762.566,45
GO	GOIAS	12.230.248,00	51.580.912,67	18.090.226,90	792.031.655,60	873.933.043,17
MA	MARANHAO	0,00	190.384.323,15	2.499.999,93	768.196.377,76	961.080.700,84
M G	MINAS GERAIS	68.405.808,63	699.978.694,78	46.262.927,91	2.354.048.818,36	3.168.696.249,68
MS	MATO GROSSO DO SUL	2.491.638,10	61.063.262,98	425.000,00	357.207.141,15	421.187.042,23
MT	MATO GROSSO	0,00	126.390.967,72	27.110.511,80	310.845.890,79	464.347.370,31
PA	PARA	0,00	118.816.648,03	13.192.032,70	762.570.628,57	894.579.309,30
PB	PARAIBA	0,00	44.675.940,70	3.637.056,29	583.500.797,71	631.813.794,70
PE	PERNAMBUCO	157.226.804,49	502.738.997,82	13.903.025,57	984.073.759,08	1.657.942.586,96
PI	PIAUI	3.224.928,04	63.932.432,78	21.172.886,70	447.371.794,69	535.702.042,21
PR	PARANA	917.092,80	595.199.669,84	20.566.804,04	1.102.929.490,26	1.719.613.056,94
RJ	RIO DE JANEIRO	6.117.287,45	360.829.542,34	5.563.459,01	1.849.047.466,26	2.221.557.755,06
RN	RIO GRANDE DO NORTE	4.986.906,61	94.120.120,03	4.384.014,13	396.462.520,30	499.953.561,07
RO	RONDONIA	0,00	60.160.776,95	13.880.955,31	142.326.786,70	216.368.518,96
RR	RORAIMA	0,00	30.019.601,46	0,00	31.950.924,69	61.970.526,15
RS	RIO GRANDE DO SUL	22.462.582,73	567.567.179,37	13.466.098,42	1.002.226.656,58	1.605.722.517,10
SC	SANTA CATARINA	0,00	288.683.628,89	17.350.080,65	652.891.359,07	958.925.068,61
SE	SERGIPE	0,00	116.937.620,14	4.382.622,52	259.228.815,85	380.549.058,51
SP	SAO PAULO	22.005.067,93	2.523.392.132,85	41.256.973,32	3.403.893.420,78	5.990.547.594,88
TO	TOCANTINS	0,00	68.012.700,90	1.737.506,34	163.706.343,56	233.456.550,80
Total:		598.176.280,82	8.553.361.088,03	313.952.434,40	19.827.543.883,96	29.293.033.687,21

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

3. Oferta e produção de serviços – Rede própria e GHC

Produção assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – janeiro a julho 2012.

	HOSPITAIS PRÓPRIOS					
	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ CNES: 2269384	MS HOSPITAL DE IPANEMA CNES: 2269775	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO CNES: 2269880	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO CNES: 2269988	SMSDC HOSPITAL MUN ALVARO RAMOS AP 40 CNES: 2273187	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA CNES: 2273659
	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012
Internação	4.477	2.727	3.691	4.133	477	3.973
Consultas	7	7	7	7	118	7
Cirurgia	2.312	2.170	1.740	2.362	-	2.888
Partos	12	-	683	133	-	-
Exames Ambulatoriais	-	-	-	-	112.400	-

	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC			
	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO AS CNES: 2237571	HOSPITAL FEMINA CNES: 2265052	HOSPITAL CRISTO REDENTOR CNES: 2265060	UNIDADE HOSPITAL CONCEIÇÃO CNES: 2265168
	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012	JAN A JUL DE 2012
Internação	24.344	7.092	2.258	-
Consultas	620.203	80.771	148.720	14.272
Cirurgia	14.907	4.721	13.358	30
Partos	3.087	2.869	-	-
Exames Ambulatoriais	1.111.218	69.496	92.286	76
Outros Procedimentos Ambulatoriais	64.295	6.521	21.035	1.694

Fontes: Base de Dados do SIASUS -Sistema de Informações Ambulatoriais -fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 18/09/2012)

Base de Dados do SIHSUS -Sistema de Informações Hospitalares -fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 18/09/2012)

Obs: Os registros obtidos na data da consulta refere-se aos dados informados no período de janeiro a julho de 2012.

Os dados foram consolidados pela Coordenação Geral de Sistemas de Informação do Departamento de Regulação Avaliação e Controle/SAS/MS.

4. Indicadores (cumulativo até ago/2012)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Quantidade de parques produtivos públicos modernizados no âmbito do PROCIS	Quantidade de parques produtivos públicos modernizados em relação à agenda do PROCIS	Unidade	10 parques produtivos públicos modernizados	15 parques produtivos modernizados no âmbito do PROCIS	DECIIS/SCTIE	A perspectiva é de superação da meta prevista. Até o final de 2012 existe a perspectiva de serem apoiados mais 4 parques produtivos, cujos processos de modernização encontram-se em fase de análise e avaliação pelo Departamento.
Percentual de implantação do Hórus em Estados e Municípios	% de municípios e estados alcançados com a implantação do Hórus em relação ao total de municípios e estados brasileiros	%	15% municípios e 50% estados	10,15% de implantação do Sistema Hórus em Municípios e 57% de implantação do Sistema Hórus em Estados	DAF/SCTIE	Além das implantações por estados e municípios, foram realizadas implantações em 8 Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)
Quantidade de municípios definidos no "Programa Brasil sem Miséria" implantados com o Programa "Farmácia Popular"	quantidade de municípios atendidos com farmácias ou drogarias do Programa Farmácia Popular em relação à quantidade de municípios definidos no Programa Brasil sem Miséria	unidade	531 municípios do Programa Brasil sem Miséria	340 municípios do Programa "Brasil sem Miséria" atendidos no período	DAF/SCTIE	Houve atrasos nos processos de credenciamento dos municípios, em função de greve de servidores. Contudo, há um efetivo esforço para conseguir alcançar o cumprimento da meta prevista para o ano.
Percentual de demandas de incorporação tecnológica analisadas / avaliadas no prazo	quantidade de análises e avaliações realizadas em relação à demanda por incorporação de medicamentos no SUS	unidade	100%	100% das demandas do período	CONITEC /SCTIE	INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA em Números: (1) Demandas de incorporação tecnológica nos períodos: 110 (Externas: 71; Internas: 39); (2) Processos conformes: 39 (3) Tecnologias conformes avaliadas: 39; (4) Consultas Públicas: 19 e nº de contribuições: 1085; (5) Portal Conitec: todas as demandas e relatórios disponíveis. Cerca de 1.000 acessos em janeiro e 4.000 em junho (aumento de 300%)
Número de bolsas pagas no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde.	Total de bolsas pagas para os participantes do programa PET-Saúde	Unidade	71.989	36.689 bolsas pagas	SIG/PET	A Meta prevista para 2012 é pagar 71.989 bolsas tendo sido pagas efetivamente 36.689 no acumulado de dois quadrimestres , ou seja, 51 % da meta anual.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	435	213	SINAN	Espera-se em 2012 uma redução em 10% do nº absoluto de óbitos por dengue com relação ao ano de 2011, passando de 484 óbitos (2011) para, no máximo, 435 óbitos (2012). Observando o índice apurado registrado até o momento, nota-se uma significativa redução dos óbitos no país, porém destaca-se que ainda persiste a sua ocorrência em determinados estados e municípios.
Cobertura vacinal da tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano	Nº de crianças menores de 1 ano vacinadas com a 3ª dose da tetravalente/pentavalente dividido pela População de menores de 1 ano x 100.	percentual	≥95%	89,3%	SI-PNI/ API/ SINASC	A meta mensal e anual para a tetravalente é 95%. O índice apurado está baseado em dados preliminares do 1º semestre de 2012 (janeiro a junho) . Os dados de vacinação no país são coletados considerando a meta proporcional ao período apurado podendo sofrer alterações em qualquer tempo pela atualização dos bancos de dados.
Número absoluto de casos de malária	Número absoluto de casos de malária confirmados	Unidade	≤ 237.000	170.522	Sivep-Malária	Espera-se que em 2012 o número de casos de malária seja reduzido em 10% em relação a 2011, passando de 263.323 para, no máximo, 237.000 casos. Constata-se que o número de casos de malária notificados no período de janeiro a agosto de 2012 é 3% inferior ao número de casos de malária ocorrido no mesmo período de 2011. É oportuno registrar que os dados referentes ao mês de agosto são preliminares considerando que os bancos de dados dos sistemas de informações ainda estão sendo atualizados.
Percentual de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados	Total de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados na região/ total de óbitos maternos e de MIF presumíveis de morte materna na região x 100	percentual	65%	79,3%	SIM	Em 2012 a meta é alcançar 65% de Investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis, passando de 53% para 65% em 2012
Número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	Número de amostras de água examinadas para o parâmetro coliformes totais realizadas pela vigilância	unidade	406.702 (35%)	226.315 (18,98%)	SISAGUA	A Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano define o número de amostras de água, que devem ser analisadas mensalmente, para cada município. A meta estabelecida para o indicador define que a cada ano deve ser acrescido 5 pontos percentuais passando de 348.602 (30%) para 406.702 (35%) das análises de coliformes totais realizadas, em relação ao ano anterior, ou seja, um incremento de 58.100 análises.. De acordo com o

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
						resultado alcançado no segundo quadrimestre de 2012 , observa-se que houve um acréscimo no percentual de análises realizadas em relação ao mesmo período no ano de 2011 (14,22%). Considerando que, historicamente, a alimentação dos dados no Sisagua é intensificada no 2º semestre, a meta de 35% deverá ser atingida até o mês de dezembro/2012.
Número de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	Número absoluto de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	unidade	14.000	13.367	CGCEAF/DAF/MS	O objetivo é a ampliação do nº de portadores de hepatite C tratados, passando de 11.600 (2010) para 14.000 em 2012. Os resultados até julho de 2012 mostram que já foram tratados 13.367 portadores de hepatite C.
Índice de Risco Sanitário em Portos, Aeroportos e Fronteiras	Riscos identificados em fiscalizações dividido pelos Riscos aplicáveis nas mesmas fiscalizações, multiplicado por 100.	Percentual	9%	9%	Sistema Sagarana - software Risk Manager	O percentual apresentado se refere ao primeiro quadrimestre, pois, devido à atualização do software Risk Manager (ferramenta na qual são registradas as inspeções e por meio da qual é calculado o índice) não foi possível atualizar o índice apurado relativo ao segundo quadrimestre.
Incremento no número de culturas agrícolas analisadas quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, passando de 20 para 22 culturas analisadas	Nº de novas culturas/nº total de culturas já analisadas x100	Percentual	2 novas culturas incluídas - milho e abobrinha	50%	Relatórios do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos	Foram iniciados os procedimentos de amostragem e de análise da cultura da abobrinha no dia 23/07/2012 com término das coletas de amostras previsto para o dia 28/09/2012. O monitoramento da cultura do milho terá início no dia 01/10/2012 com o término previsto para o dia 14/12/2012, por meio da coleta de fubá de milho.
Total de unidades farmacêuticas produzidas	Total de unidades farmacêuticas produzidas no ano	unidade	996.442.247	522.357.756	SAGE/MS	A produção de medicamentos se relaciona com as demandas do Ministério da Saúde. Contudo, para este segundo quadrimestre, não houve revisão de metas para a produção de unidades farmacêuticas. Avaliamos que o percentual de execução alcançado para o período, de 52,4%, está dentro da variação esperada.
Pacientes atendidos em atenção de referência	Somatório do atendimento nas Somatódies de atenção por público alvo	unidade	81.120 pacientes atendidos em 2012	49.135	SAGE/MS	Meta anual. A execução acumulada da meta neste segundo quadrimestre, de 60,6%, encontra-se dentro do esperado para a Fiocruz.
Exame laboratorial realizado	Total de Exames laboratoriais de referência realizado no período	unidade	197.108	107.123	SAGE/MS	O percentual de execução para o período (54,3%) encontra-se dentro do esperado.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2012	Índice Apurado	Fonte	Obs.
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Nº de equipes ESF + Nº de equipes ESF equivalente) X 3.000 em um determinado local e período/População no mesmo local e período X 100	%	62	59,1% (Março/2012)	SIAB e SCNES	Cálculo com base no SISPACTO.
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	Soma da carga horária dos cirurgiões dentistas/40 X 3.000 em determinado local e período/População no mesmo local e período	%	50	47,91% (Março/2012)	SIAB	Considerando o caráter acumulativo do indicador e a taxa de crescimento médio das equipes de saúde bucal, avaliamos que o resultado do índice apurado no quadrimestre é favorável para atingir a meta 2012.
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.	Nº de exames citopatológicos do colo do útero, em mulheres realizados para detecção de lesão precursora do câncer do colo de útero na faixa etária de 25 a 64 anos em determinado local e ano / 1/3 da População feminina nesta faixa etária no mesmo local e ano.	Razão	0,75	0,80 (Razão Brasil de janeiro a março de 2012)	SIA e IBGE	Os dados do SIA permitem o envio para a base nacional com um período de até 90 dias, assim estamos esperando a finalização do segundo trimestre de 2012 para realizar a análise dados.
Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.	Nº de mamografias para rastreamento realizadas em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos em determinado local e ano / 1/2 da População feminina nesta faixa etária, no mesmo local e ano	Razão	0,35	0,32 (Janeiro a Março de 2012)	SIA e IBGE	Os dados do SIA permitem o envio para a base nacional com um período de até 90 dias, assim estamos esperando a finalização do segundo trimestre de 2012 para realizar a análise dados.
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	(Nº CAPS I X 0,5) + (nº CAPS II) + (Nº CAPSi) + (Nº CAPS III X 1,5) + (Nº CAPS ad) + (Nº CAPS ad III X 1,5)/População x 100.000	Taxa (/100.000)	0,76	0,73 CAPS por 100 mil habitantes. 73% de cobertura em 2012:	Coordenação Geral de Saúde Mental e IBGE	

5. Análise da execução até o 2º quadrimestre dos Objetivos Estratégicos do MS

OE 01: Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada. (Diretriz 1 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a área física e/ou reformar de 23 mil unidades básicas de saúde (UBS)	498,00	5.465 UBS ampliadas/reformadas	5.459 ampliações habilitadas com a 1ª parcela paga até ago/2012	12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
Implantar 3.272 UBS, passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015	0,00	0	3.966 em construção	12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
Ampliar em 46 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 244 mil agentes em 2011 para 291 mil até 2015	2.903,82	10.116 novos ACS implantados	5.323 novos ACS implantados	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Ampliar em 5.963 o número de equipes de saúde família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 37.623 até 2015.	3.270,83	1.332 equipes implantadas	838 equipes implantadas	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Ampliar em 6.800 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.424 equipes em 2011 para 27.224 até 2015	728,00	1.452 ESB implantadas	475 ESB implantadas	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Implantar 953 centros de especialidades odontológicas (CEO), passando de 950 CEO em 2011 para 1.903 até 2015	12,20	118 CEO's implantados	29 CEO's implantados	8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015	13,20	40 equipes de saúde no sistema penitenciário implantadas	24 equipes de saúde no sistema penitenciário implantadas	20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
Promover a adesão de 5.556 municípios ao programa "Saúde na Escola"	82,00	2.812 municípios com adesão ao programa "Saúde na Escola"	2.495 municípios com adesão ao programa "Saúde na Escola"	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Implantar 977 equipes de atenção à saúde domiciliar até 2015	82,25	376 equipes de atenção à saúde domiciliar implantadas	181 Equipes implantadas, sendo 129 Emad, 52 Emap	20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800	74,00	23.144 transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados	12.342 transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados (1º semestre)	20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015	23,05	3 centros de alta complexidade em oncologia implantados	N/A	7833 - Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Implantar 270 redes loco-regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015	0,00	0	N/A	N/A
Implantar, em pelo menos 10 estados do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	9,00	3 estados com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada	N/A	4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

No 2º quadrimestre de 2012 foram implantadas 295 novas equipes de saúde da família (ESF), totalizando 838. Até agosto de 2012 são registradas 33.133 equipes em atuação em 5.293 municípios, com cobertura de 104,6 milhões de pessoas. Para melhorar o atendimento das equipes de atenção básica o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação *in loco* do trabalho de 17.304 equipes que atendem no SUS em 3.972 municípios brasileiros por meio do PMAQ e vai gratificar 7.236 equipes de atenção básica de 1.810 municípios referente aos meses de abril, maio, junho e julho.

Ainda neste quadrimestre foram contratados 3.282 novos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e implantados 155 Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, que no ano chegam a 5.323 e 293, respectivamente. Ao todo, em 2012, foram contratados 5.323 ACS e implantados 1.857 NASF em todo o Brasil.

Com o objetivo de ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS foram habilitadas 343 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 140 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) até agosto, perfazendo um total de 483 equipes habilitadas. No segundo quadrimestre foram implantadas mais 85 equipes, sendo 60 EMAD e 25 EMAP, totalizando 181 equipes implantadas no ano.

Outra ação, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento, a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as SES, as SMS, os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os pronto-socorros gerais e especializados, os pronto atendimentos, entre outros serviços de saúde.

No que tange às UBS, tanto na construção de novas UBS quanto as reformas das existentes, a priorização está sendo a execução dos projetos de construção/reforma aprovados em 2011. Neste contexto, até agosto de 2012 estão sendo construídos/reformados 6.071 UBS nos 26 estados da federação e Distrito Federal, sendo destas 2.105 pelo Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). Ainda no período até agosto foram habilitadas 5.459 ampliações desse tipo de unidade de atendimento.

Em relação à Saúde Bucal, foram implantados, no 2º quadrimestre de 2012, 313 novas Equipes de Saúde Bucal, totalizando 475 equipes somente neste ano e 21.900 equipes ao todo, atingindo uma cobertura populacional de 69,6 milhões de pessoas. Em relação aos centros de especialidades odontológicas (CEO) foram 20 neste período, totalizando 29 neste ano.

Em relação à atenção especializada (AE) o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, incluindo transplantes, bem como o cadastro nos registros de doadores e de receptores de medula. Especial ênfase foi dada à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo Governo Federal. Até o 1º semestre de 2012, foram realizados 12.342 transplantes, 53% das meta prevista para este ano (23.144 transplantes).

Com o objetivo de acabar com as filas de espera e ampliar o atendimento aos usuários que necessitam de cirurgias eletivas através do SUS, na última semana de agosto, houve mutirão para a realização de 2.110 cirurgias de catarata em quatro municípios (Serrinha/BA, Montes Claros/MG, Pombal/PB e Rio Branco/AC). Para ampliar o número de cirurgias eletivas o MS liberou R\$650 milhões aos estados e municípios, um crescimento de 86% em relação a 2011 (R\$350 milhões). Do total de recursos, R\$ 230 milhões (35,4%) são destinados à realização de cirurgias de catarata para uma estimativa de 432 mil cirurgias. Até junho foram realizadas 216 mil no âmbito do SUS. Foram destinados R\$ 210 milhões para tratamento de varizes, cirurgias ortopédicas e atendimento nas áreas de urologia, oftalmologia e otorrinolaringologia, incluindo retirada de amígdalas. Outros R\$ 210 milhões atenderão as demandas apresentadas pelos gestores estaduais, conforme a realidade de cada região.

As Diretrizes da “Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde” – PGASS - foram aprovadas na reunião da CIT de 27 de julho de 2012. Está em fase de andamento a contratação da Universidade que será responsável pelo desenvolvimento do Sistema. Também está em andamento a construção da metodologia a ser aplicada na PGASS.

No âmbito da melhoria da qualidade da atenção básica e especializada, o MS iniciou a certificação das equipes de atenção básica em 31 de agosto de 2012 para 1.752 municípios (44%) e 7.058 equipes (40%) que já haviam recebido a visita dos avaliadores da qualidade e preenchido em sua plenitude os campos referentes ao *módulo on line* da avaliação externa. Também foram elaborados indicadores de qualidade em transplante implantados por tipo de transplante e a implementação do *Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede* em 170 serviços de hemoterapia produtores de sangue (

Hemocentros Coordenadores, Hemocentros Regionais Núcleos de Hemoterapia, Unidades de Coleta e Transfusão e Unidades de Coleta). Até o momento, 149 serviços testagem de 953.220 amostras de bolsas de sangue coletadas na hemorrede pública até o segundo trimestre deste ano, correspondendo a 30% da meta.

OE 02: Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde. (Diretriz 7 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 Unidades Federadas para as 27 até 2015.	23,00	25 UF com confirmação laboratorial ampliada para Hepatite C	N/A	6161 - Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para prevenção e Controle de Doenças 20QD - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Aumentar para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 em 2015.	20,10	23 UF com mais de 90% de causa básica de óbitos definida	N/A	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% o percentual dos municípios com 95% de cobertura vacinal.	50,00	70% dos municípios com cobertura vacinal ampliada	48,48% dos municípios com cobertura vacinal ampliada	6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças
Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015	14,00	75% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados	67,3% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados	6184 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose
Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio de imunobiológicos até 2015.	12,50	11 Centrais de Rede de Frio de imunobiológicos construídas/reformadas/ampliadas e equipadas	N/A	6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças
Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015	252,00	19,7/100.000 hab. da incidência de Aids	N/A	20QD - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 20AC - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015	16,00	11/1000 hab. da incidência parasitária anual por malária	N/A	6186 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015	42	Coeficiente de prevalência da hanseníase reduzido para 1,39/10.000 hab	1,64	6185 - Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015	214,30	10% do número absoluto de óbitos por dengue reduzido	57% de redução do nº de óbitos por dengue reduzido	6235 -Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador	11,00	50%de Cerest desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador	N/A	6188 - Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador
Implantar as academias de saúde, chegando a 4.000 unidades em 2015	32,60	228 academias de saúde implantadas	155 academias de saúde implantadas	20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Ampliar a Renast, com a instalação de 10 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural.	4,00	8 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural habilitados	3 novos Cerest habilitados	6188 - Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador
Apoiar 1.125 comunidades – remanescentes de quilombos e rurais – com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de medidas de saneamento.	2.030.000,00	203 comunidades apoiadas	N/A	20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.	3.720.000,00	246 municípios apoiados	316 municípios apoiados	20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais.	3,50	26 municípios apoiados	0	20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento, com ênfase na elaboração de planos municipais de saneamento básico.	35,00	115 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento apoiados	0	20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes
Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.	25,00	100 comunidades remanescentes implantadas	N/A	7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais, incluindo os assentamentos da reforma agrária, ribeirinhos, reservas extrativistas, entre outras.	48,70	150 comunidades com obras de saneamento implantadas	N/A	7657 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem.	2,00	2 municípios beneficiados	N/A	3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.	38,60	120 municípios beneficiados	N/A	10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.	103,00	193 municípios beneficiados	156 municípios beneficiados	7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
Contratar 2.703 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, para apoio à execução de intervenções nestes âmbitos, em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade insatisfatória.	190,00	1000 projetos de engenharia	142 projetos de engenharia	10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 10GE - 50.000 Hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride)
Ampliar o número de amostras no controle da qualidade da água relativas aos parâmetros "coliforme total" e "turbidez", passando de 28% (333.962) de realização da análise no parâmetro "coliformes totais" e 27% (346.443) no parâmetro de "turbidez" em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015.	2,00	35% de amostras realizadas	15,55% de amostras realizadas	8720 - Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental
Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas	20,00	40 municípios beneficiados	N/A	3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Implantar o modelo de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos nas 27 UF até 2015.	7,50	6 UF com modelo de atenção integral à saúde das populações expostas a agrotóxicos implantado	0	8720 - Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental
Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas – atualmente um total de 20 – a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.	2.032.250,00	2 culturas agrícolas	1 cultura agrícola analisada (milho)	8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos
Reduzir em 50% a subnotificação de intoxicações por agrotóxicos até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 6.240 para 11.423 casos de intoxicação notificados no Sinan.	5,00	8292 notificações	N/A	4382 - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças
Aumentar em 25% a cobertura do sistema de vigilância alimentar e nutricional (Sisvan).	5,00	7,5% de aumento da cobertura	N/A	20QH - Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
Reduzir a desnutrição energético-proteica (déficit ponderal) entre crianças menores de cinco anos de idade em 10%, passando de 4,4% em 2011 para 4,0% em 2015.	Não possui meta financeira	4,3%	N/A	20QH - Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
Reduzir a desnutrição crônica (déficit de estatura) entre crianças menores de cinco anos de idade em 15%, passando de 13,5% em 2011 para 11,5% em 2015.	Não possui meta financeira	13,1%	N/A	8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde
Reduzir em 25% o consumo de sal na população brasileira, passando de 12g/pessoa/dia, em 2008/2009, para 9g/pessoa/dia até 2015.	Não possui meta financeira	11g/pessoa	N/A	8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

No período de janeiro a julho de 2012, foram notificados 524.279 casos de dengue, correspondendo a uma redução de 24% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram notificados 689.223 casos. No mesmo período de 2012, foram confirmados 2.978 casos graves, correspondendo uma redução de 71% em relação ao mesmo período de 2011 (10.247 casos). A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída, entre outras coisas, ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos Municípios. Foram confirmados 200 óbitos por dengue até julho, o que representa uma redução de 57% em relação ao mesmo período de 2011 (466 óbitos confirmados).

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose, até julho, está em 46,2%, representando um incremento de 16,3% quando comparado ao resultado do mesmo período de 2011. O diagnóstico tardio da infecção pelo HIV foi de 29,1% dos casos (7290 de 25071). Em relação ao teste rápido de HIV realizado em gestantes, foram distribuídas 1.682.325 unidades.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase está em 70,9%, ou seja, dos 39.242 casos novos, 27.813 estão curados. O coeficiente de detecção de casos em menores de 15 anos está em 2,69 p/100.000 hab. (1.245 casos novos).

A Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, segundo dados do final de junho, já vacinou 25.034.030 pessoas. Esse número representa 83,04% do público-alvo, que é de aproximadamente 30 milhões de pessoas.

Até julho de 2012 foram tratados 13.367 portadores de hepatite C, o que corresponde a um alcance de 95% da meta estipulada (14 mil).

O Ministério da Saúde tem como meta a cobertura vacinal contra a febre amarela nas áreas com recomendação de vacina (ACRV) garantida em, pelo menos, 70%. Até junho, essa cobertura esteve em 62,60%.

O Índice Parasitário Anual somente é medido anualmente, mas o número de casos de malária apresentou um acréscimo de 8% no período de janeiro a junho de 2012 (130.442) quando comparado com o mesmo período de 2011 (120.868).

Em 23 de agosto de 2012, foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelece metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

OE 03: Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. (Diretriz 3 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento	12,00	40 maternidades com ambiência adequada	N/A	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015	20,10	Investigação de óbitos infantis e fetais ampliada para 35%	N/A	6842 - Análise de Situação em Saúde
Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015	20,10	Investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil ampliada para 65%	N/A	6843 - Análise de Situação em Saúde
Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto-risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015	17,10	171 leitos de UTI para adulto implantados	109 leitos de UTI implantados e 446 qualificados	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	22,74	227 leitos de UTI neonatal implantados	566 leitos de UTI neonatais implantados e 1.127 novos leitos de UTI neonatal habilitados	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas	0,24	50 parteiras capacitadas	90 parteiras capacitadas	8762 - Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo
Custear 3.141 leitos de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015	186,00	2.026 leitos de UCI custeados	656 leitos de UCI custeados e 1.241 qualificados	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Implantar 156 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 (implantadas pela "Rede Cegonha") em 2011 para 192 até 2015	14,98	51 CGBP implantadas	N/A	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela "Rede Cegonha") em 2011 para 284 até 2015	20,07	110 centros de parto normal implantados	24 centros de parto normal implantados	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama.	15,00	12 serviços de referência implantados	N/A	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar 20 serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras	1,50	10 serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras implantados	N/A	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais	40,00	3.800.000 mamografias bilaterais realizadas	2,5 milhões de mamografias bilaterais realizadas	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar 48 milhões de exames citopatológicos	7,38	8,8 milhões de exames citopatológicos realizados	8,8 milhões de exames citopatológicos realizados	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela "Rede Cegonha"		30% de teste de eletroforese realizados	N/A	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela "Rede Cegonha"	30,00	50% de teste rápido da sífilis realizado	N/A	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

Foi realizado o 2º Encontro Internacional de Parteiras no Amapá, com a participação de 90 parteiras tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, para a troca de práticas, saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, com o objetivo de qualificar a assistência ao parto e nascimento domiciliar. Houve a distribuição de 90 Kits da Parteira, doados pelo Ministério da Saúde. Cada Kit possui 35 itens, tais como: luvas descartáveis, guarda-chuva, sabão, álcool e mantas para aquecer o bebê, dentre outros.

Em relação às Casas de Gestantes Bebê e Puérpera (CGBP), foram firmados 14 contratos de repasse para construção dessas casas.

Dentro da ótica da mortalidade materna, foi divulgado o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fundo de População das Nações Unidas e Banco Mundial, que registra a queda de 51% do número de óbitos maternos no Brasil comparado ao período de janeiro a setembro de 2011, além da realização de um Seminário sobre “O enfrentamento da morte materna na Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher” que teve como principal objeto reafirmar as convicções e analisar de forma detalhada o cenário atual da mortalidade para que o índice de mortes possa efetivamente diminuir.

Ainda no 2º quadrimestre, o Ministério da Saúde autorizou o repasse de R\$ 28,08 milhões, em parcela única, para que 1.389 municípios, de 24 estados, ampliem a oferta de exames do componente pré-natal e adquiram testes rápidos de gravidez. A estimativa é que mais de 557 mil gestantes sejam beneficiadas com os novos exames e mais de 523 mil testes sejam realizados. Além disso, as mulheres que tiveram filhos nos hospitais públicos já estão sendo consultadas por telefone para que possam qualificar o atendimento durante o pré-natal e o parto.

A agenda de Atenção Básica à Primeira Infância - Brasil Carinhoso, que vai beneficiar 2 milhões de famílias que vivem na extrema pobreza, foi lançada pela presidenta Dilma. O plano reúne ações voltadas para a primeira infância nas áreas social, com a ampliação do “Bolsa Família”, da educação, com o aumento da oferta de vagas nas creches, e da saúde, oferecendo suplementação de vitamina A, ferro, e medicação gratuita contra asma. E, por fim, foram implantados 566 novos leitos de UTI neonatal, sendo que a meta é expandir a rede de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), que atualmente conta com 3.914 leitos neonatais.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de agosto de 2012, 25.685 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 municípios e 24 estados. O Ministério da Saúde está repassando recursos para os municípios que aderiram ao pré-natal por meio da adesão facilitada, PMAQ, e regional para que sejam adquiridos os testes rápidos de gravidez e os novos exames no total de R\$50,00. Atualmente são 4.005 municípios que fizeram adesão.

Também no período foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012 num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

OE 04: Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção. (Diretriz 2 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas_PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	262,92	540 ambulâncias adquiridas	363 ambulâncias adquiridas	8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192
Reformar, ampliar ou equipar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Atenção às Urgências até 2015	244,00	58 unidades de atenção especializada reformadas/ampliadas ou equipadas	N/A	8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, unidade de cuidado intermediário/UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Atenção às Urgências até 2015	56,00	540 leitos hospitalares implantados	922 leitos hospitalares implantados	8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
Implantar 500 UPA, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	345,84	191 UPA's implantadas	75 novas UPAS em funcionamento e 158 UPAs habilitadas	12L4 - Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do SAMU até 2015	3,41	16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas	16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas	8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

As ações voltadas para os Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tiveram como resultado no ano a aquisição de 32 ambulâncias básicas, totalizando um número de 2.026 e de 331 ambulâncias avançadas, totalizando um número de 487, além de 16 novas centrais de SAMU, totalizando 178 centrais no Brasil.

No SOS Emergência, todos os 11 hospitais selecionados para 2012 já têm recursos empenhados para readequação física e tecnológica de suas unidades de urgência e emergência. Foram abertos 731 novos leitos em enfermaria clínica de retaguarda nesses hospitais, além de 20 novos leitos de retaguarda de longa permanência e de 171 novos leitos em unidades de terapia intensiva (UTI).

Foram qualificadas 71 portas hospitalares de entrada prioritárias, que irão receber custeio diferenciado. A meta para o ano era de 52 portas qualificadas. Em relação às UPAs, 38 delas estão com processo de classificação de risco implantado e qualificadas.

Até o momento, foram habilitadas 14 Salas de Estabilização.

OE 05: Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas. (Diretriz 4 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa "De Volta para Casa", passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015	18,60	4.386 beneficiários (600 novos) com o Programa "De Volta para Casa"	N/A	20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
Implantar 3.508 novos leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais e qualificar 1.615 leitos existentes, passando de 4.121 em 2011 para 7.629 até 2015	192,08	2.785 leitos implantados/qualificados	901 leitos pactuados e 281 incentivados	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015	15,00	10 CAPS construídos e 160 CAPS equipados	163 CAPS implantados	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Implantar e implementar 641 Unidades de Acolhimento até 2015	12,60	180 UA implantadas/ implementadas	Sem habilitações	20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

Para o fortalecimento da rede de saúde mental, no 2º quadrimestre de 2012 o Ministério da Saúde habilitou 22 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em 8 estados brasileiros. Em relação aos CAPS adIII, foram habilitados 17 em 2012, totalizando 20 CAPS adIII em funcionamento.

O programa do governo federal "Crack, é Possível Vencer" recebeu adesão de doze estados. As ações do pacto visam aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, para enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e para ampliar atividades de prevenção.

Foi publicado edital para financiar a criação de Centros Regionais de Referências para formação de profissionais de saúde, assistência social, segurança, agentes comunitários e agentes do sistema judiciário e policial em temas sobre a prevenção ao uso de crack e outras drogas. O investimento total pode chegar a R\$ 6 milhões, e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas firmou convênio com a Associação Mário Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência (Amtepa) para o financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos 49 Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas (CRR), habilitados no Brasil.

Até o momento, foram credenciados 18 consultórios na rua, sendo que 11 destes já estão implantados.

OE 06: Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção. (Diretriz 5 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Área	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Capacitar 400 profissionais para o desenvolvimento do processo qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015	SAS	0,70	100 profissionais capacitados	N/A	6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
Capacitar cinco mil profissionais em saúde do idoso e envelhecimento ativo na modalidade de ensino a distância até 2015	SAS	2,00	1250 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento ativo capacitados	1000 alunos na modalidade EAD em capacitação	6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
Realizar, anualmente, inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas	SVS	3,00	1 inquérito realizado	1 inquérito em andamento (início: julho 2012)	6170 - Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

O Ministério da Saúde promoveu o II Encontro Nacional de Coordenadores da Saúde do Idoso nos dias 6 a 8 de junho de 2012. O objetivo foi discutir a organização dos estados, municípios e Distrito Federal para o atendimento à população idosa, considerando todos os níveis de complexidade da Rede de Atenção à Saúde no SUS.

No que tange a capacitação à distância para profissionais de nível superior em saúde do idoso, o curso esta em andamento com termino previsto para dezembro de 2012. Estão atualmente realizando as atividades do curso 1.000 alunos distribuídos entre as regiões das regiões sul, sudeste e centro oeste. No âmbito do PROFAPS – Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde – o cenário atual é de 6584 vagas disponíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para curso de aperfeiçoamento em Saúde do Idoso nas ETSUS (nas Escolas Técnicas do SUS) dos Estados do AC, AL, AP, ES, GO, MS, PA, PR, RN, SE, SC, SP, RJ, RS, RO, RR.

Outro importante resultado no âmbito da atenção ao idoso foi a a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, conforme dados repassados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde (<http://pni.datasus.gov.br>) demonstra que foram vacinadas 25.034.030 pessoas, sendo que a cobertura

vacinal de idosos atingiu, no grupo idosos 16.504.395 pessoas, o que representa um universo de 80,16% (posição de 21 de junho de 2012). A meta foi atingida, haja vista que a vacinação deveria cobrir no mínimo 80% em cada grupo alvo da vacinação.

No que tange às doenças crônicas, o processo de qualificação profissional para atenção às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) já está em andamento com o Convênio MS/UFSC para elaborar e oferecer curso de especialização para enfermeiros em linha de cuidado com ênfase nas Redes de Atenção. O primeiro curso será realizado no final de setembro e será presencial.

OE 07: Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. (Diretriz 6 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde	1,227	65,0% da população indígena com cobertura vacinal (linha de base: 14 DSEI em 2011 - dados preliminares)	70,4% de crianças menores de 7 anos com esquema completo de vacinação.	8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitário Especial Indígena	0,125	8 contratos estabelecidos	06 contratos estabelecidos	8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Implantar a estratégia "Rede Cegonha" nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena	0,455	8 DSEI com a "Rede Cegonha" implantada	N/A	20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes	58,50	150 sistemas de abastecimento de água implantados	N/A	7684 - Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
Reformar e estruturar 58 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015	2,00	15 Casas de Saúde Indígena reformadas/ estruturadas	N/A	3869 - Estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

Foram entregues 25 Unidade Odontológicas Móveis (UOMs) para atendimento à saúde bucal da população de 15 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Aproximadamente 390 mil pessoas foram beneficiadas com veículos (vans) que oferecem tratamento clínico odontológico, além de ações de promoção e prevenção à saúde bucal.

As ações de vacinação de rotina está implantada em 4.227 aldeias, o que corresponde a 97% das aldeias com atividade de vacinação ocorrendo diariamente (0,73%), semanalmente (4,8%), quinzenalmente (3,3%), mensalmente (41,4%) e, naquelas de mais difícil acesso, bimensalmente (26,0%) e trimestralmente (20,6%).

Iniciado trabalho de apoio técnico para a reorganização dos processos de trabalho nas Divisões de Atenção à Saúde Indígena (DIASI) dos 16 DSEI prioritários, de acordo com o Plano de Reestruturação do SASI-SUS, com ênfase na Atenção Primária. Essa reorganização engloba, entre outras atividades, o apoio ao planejamento de ações de saúde, construção e divulgação das escalas das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e o estabelecimento de parcerias e compromissos interinstitucionais.

Para o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) foram realizadas 2 capacitações presenciais para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A primeira ocorreu em julho deste ano, em Brasília e a segunda ocorreu em agosto, em Fortaleza. Todos os farmacêuticos responsáveis técnicos de cada um dos 34 DSEI estão devidamente capacitados para implantar o sistema no seu distrito. Aproximadamente 220 profissionais da saúde indígena, entre eles farmacêuticos, enfermeiros, dentistas, técnicos, auxiliares e AIS, já foram capacitados para operacionalizar o sistema por meio do curso à distância (EaD) do Hórus. Já estão abertas as inscrições para terceira turma do EaD do Hórus, agora adaptado para a Saúde Indígena, com início previsto para outubro.

O Hórus hoje já está implantado em 8 distritos: Pernambuco, onde ocorreu a implantação piloto do sistema, Altamira, Alto Rio Juruá, Alto Rio Solimões, Kayapó MT, Minas Gerais e Espírito Santo, Xavante e por último o DSEI Manaus. Além dos distritos, 4 CASAI sinalizaram o início da implantação do sistema, entre elas a CASAI DF. Até o final deste ano o Departamento de Monitoramento da Saúde Indígena (DMSI) espera que o sistema esteja implantado nos 34 distritos e nas CASAI's.

Os sistemas de informação da Sesai estão sendo reestruturados, o sistema de informação da atenção à saúde indígena (SIASI) está em fase de teste de homologação da nova versão (4.0) tanto para o local quanto para a web. Foram priorizados os módulos de demografia, morbidade, saúde da mulher, vigilância nutricional, saúde bucal e imunização para compor a implantação. Foi realizada uma oficina de testes em agosto com 2 representantes

dos distritos, além da discussão e pactuação, com a presença da coordenação geral de atenção da saúde, de estratégias e instrumentos de coleta de dados para organização de serviços de atenção e monitoramento locais (fichas, prontuários, fluxos, etc.). Está planejado para o final de outubro o estudo piloto e para novembro o treinamento de multiplicadores de cada distrito para implantação da nova versão em dezembro.

No contexto da interoperabilidade, toda a base de dados do SIASI já está numerada com o Cartão Nacional de Saúde, estão sendo realizadas reuniões como PNI e Programa Nacional de Malária para interoperabilidade de dados.

OE 08: Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde. (Diretriz 11 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.	2,65	1.993 profissionais capacitados	N/A	8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
Alcançar mais 4.000 bolsas, além das 2.600 que já estão disponibilizadas pelo Pró-Residência.	17,00	500 bolsas disponibilizadas pelo Pró-Residência	882 novas bolsas disponibilizadas	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Ampliar e qualificar a formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS.	148,20	100.000 trabalhadores do SUS qualificados	30.155 trabalhadores de nível médio capacitados	8612 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS
Atingir até 2014 a meta de concessão de 216 mil bolsas, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	70,00	100.000 bolsas concedidas através do PET-Saúde	39.689 bolsas pagas	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados.	10,00	5 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil implantados	3 novos núcleos estaduais, totalizando 12 núcleos estaduais	8629 - Apoio a Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS
Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 1.000 cursos de graduação da área da saúde.	36,00	100 cursos de graduação oferecidos	No edital nº 24/2011 foram selecionadas 119 propostas de todas as regiões do País com a inclusão de 389 novos cursos no processo de reorientação curricular (Programa Pró-Saúde)	8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS
Inserir 5.000 profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde.	25,00	1.200 profissionais de saúde inseridos no Programa	2.220 profissionais de saúde inseridos no Programa	8630 - Apoio a Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS 8630 - Apoio a Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

O Ministério da Saúde em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançaram, dia 29 de maio de 2012, o Portal “Saúde baseada em Evidências”. O Portal contribui para o aperfeiçoamento do trabalho e também proporciona educação continuada aos profissionais da saúde, em especial aos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo o que há de melhor na produção científica mundial, permitindo ao profissional do SUS a integração do conhecimento, experiência clínica e as provas científicas para proporcionar melhores cuidados aos pacientes.

No âmbito do ETSUS (Escolas Técnicas do SUS), estão em execução na formação de técnicos em Radiologia 6 turmas com 183 alunos, e foram contratados mais 20 turmas com 559 alunos no total. Nos cursos para técnicos de Citopatologia, estão em execução 3 turmas com 80 alunos, e contratadas mais 9 turmas, com 363 alunos no total. Em mamografia, 56 tecnólogos/técnicos indicados pelas ETSUS dos estados participaram do processo de capacitação em exames de mamografia para atuarem como multiplicadores em seus estados.

No que tange aos processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias, até agosto de 2012, 36.289 profissionais foram capacitados.

Em relação ao PROVAB (Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica) foram inseridos no Programa durante 2012: 366 médicos, 1277 enfermeiros (110 enfermeiros contratados e 1167 bolsistas) e 520 dentistas (410 dentistas bolsistas e 110 dentistas contratados), totalizando 2.220 profissionais. Em relação aos Municípios do PROVAB, o que representa 211 municípios, 87 estão com pontos de Telessaúde em funcionamento e 93 encontram-se em processo de implantação.

OE 09: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável. (Diretriz 12 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), educadores populares e gestores) até 2015	28,20	50.000 pessoas capacitadas	5.000 pessoas capacitadas	8705 - Ampliação da Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social e de Educação em Saúde
Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede federativa em relação à população, em 80% das comissões intergestores regionais (CIR) até 2015	33,40	Assinados contratos com 20% das CIR (88 assinaturas promovidas)	8 Coap assinados	8287 - Aprimoramento, do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de com tratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS
Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades	1,26	2 seminários realizados	0 (estão agendados para novembro e dezembro)	8215 - Atenção à Saúde das Populações Quilombolas
Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015	5,50	2 encontros nacionais realizados	1 seminário realizado	8709 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade
Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde	-	0	N/A	5516 - Conferência Nacional de Saúde
Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais	151,00	146.250.000 sistemas Cartão Nacional de Saúde disponibilizados	N/A	6152 - Cartão Nacional de Saúde

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

Foi publicado a Portaria GM 1.580, de 19 Julho de 2012, que revogou um conjunto de atos normativos vinculados às Normas Operacionais e ao Pacto pela Saúde, neste caso com centralidade na revogação de aspectos da Portaria GM 699, que institui o Termo de Compromisso de Gestão, o qual deixou de ser exigido desde Abril de 2012, como também a publicação da Resolução CIT nº 4, referente às Regras de Transição do processo de Adesão ao Pacto para a implantação dos dispositivos do Decreto 7.508/2011, com centralidade na assinatura do COAP. Destacamos a criação de Grupos de Condução para o COAP nos estados do Paraná, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Minas Gerais, porém reiteramos que o processo de

transição eleitoral e as mudanças trazidas com a implantação do Decreto 7.508/2011 e a Lei Complementar 141/2011, são aspectos considerados como desafios para a concretização do resultado esperado.

Neste contexto, as secretarias de saúde estaduais, os COSEMS e os Conselhos de Saúde foram fortalecidos no processo de implementação do COAP. Foram concluídos 6 Seminários Regionais envolvendo conselheiros de saúde, lideranças dos movimentos sociais e gestores estaduais, das capitais e dos municípios maiores de cada estado, além de participação em oficinas de planejamento com as secretarias estaduais e COSEMS para a discussão de Decreto 7.508 e do COAP.

Foram assinados 8 Contratos Organizativos de Ação Pública (COAP), sendo quatro no Ceará e quatro no Mato Grosso do Sul. Estão previstas para este exercício mais 18 contratos assinados no estado do Ceará e com perspectivas de assinatura de regiões no estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além do processo de transição do Contrato de Ação Pública de Sergipe para o COAP.

Foram concluídos 6 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa, de Promoção da Políticas de Equidade e Controle Social envolvendo conselheiros de saúde, lideranças dos movimentos sociais e gestores estaduais, das capitais e dos municípios maiores de cada estado, com a discussão de Decreto 7.508 e do COAP e dos Comitês de Políticas de Equidade.

O Ministério da Saúde disponibilizou uma nova versão do sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb), acessível no endereço www.cartaonet.datasus.gov.br, construído com base na modelagem da Arquitetura Orientada a Serviço - SOA. O CadSUSWeb pode ser acessado, em todo o território nacional, por profissionais da saúde devidamente cadastrados a operar a base de dados do Cartão Nacional de Saúde. Esse acesso pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e nas secretarias estaduais e municipais de saúde, através da identificação do estabelecimento de saúde, definido pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo é dar mais escala e fluidez ao processo de cadastramento, atualização e distribuição do Cartão Nacional de Saúde - CNS no País, sendo o primeiro passo para a integração dos dados dos sistemas de informação do Ministério da Saúde em uma base nacional.

Foram publicadas quatro Portarias pelo Ministério da Saúde, instituindo o Marco Regulatório do Cartão Nacional de Saúde. No momento, está sendo distribuída a mídia plástica para cerca de 1.300 municípios que foram selecionados para a 1ª fase de distribuição, por terem algum processo de Regulação já implantados e em funcionamento.

Foram implantados Comitês Técnicos de Saúde da População Negra (05 estados), LGBT (02 estados), Saúde da População em Situação de Rua (01) e de Educação Popular (01). Em julho de 2012 foi aprovado no Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Em agosto foram realizadas reuniões do Comitê Técnico Assessor de Saúde LGBT (6 e 7/08) e do Grupo da Terra (27 e 28/08).

OE 10: Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. (Diretriz 13 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos fundos estaduais e municipais de saúde anualmente	11,00	5.592 fundos apoiados	N/A	2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde	-	IDSUS implantado	IDSUS implantado	4380 - Sistema Nacional de Informações em Saúde
Implantar e implementar Portal da Transparência do Ministério da Saúde	-	Portal implantado	Portal implantado	4380 - Sistema Nacional de Informações em Saúde
Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado	39,00	125 ouvidorias com implantação apoiada	80 ouvidorias implantadas	6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde
Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015	8,50	1.000 ações de controle interno e auditorias realizadas	1028 ações de controle interno e auditorias realizadas	8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

O Sistema Nacional de Ouvidoria conta atualmente com mais de 500 ouvidorias implantadas, das quais 200 ouvidorias utilizam o sistema informatizado OuvidorSUS em seu nível I e conta com mais de mil pontos de acesso nível II.

O processo de sensibilização e capacitação para implantação de novas ouvidorias com este sistema informatizado é contínuo e seguem os critérios estabelecidos no indicador 13 do Contrato Organizativo de Ação Pública.

No contexto da busca pelo aperfeiçoamento do Sistema, o Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), lançou em 13 de julho de 2012 a primeira edição do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria do SUS. A ideia do projeto é reconhecer, promover e premiar iniciativas de destaque das ouvidorias do SUS, considerando a importância de criar dispositivos para o fortalecimento do

Sistema Nacional de Ouvidoria, com ênfase na Ouvidoria Ativa e a implementação da Política Nacional de Ouvidoria Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS).

As estratégias de Ouvidoria Ativa buscam por mobilizar o cidadão para uma postura crítica em relação ao SUS – visando, em última instância, maior inclusão e governança cidadã nas políticas públicas de saúde. As estratégias de ouvidoria ativa vêm se concretizando nas seguintes ações: qualificação e ampliação do Banco de Informações Técnicas em Saúde (BITS) para disseminação de informações; distribuição de cartas a 5,1 milhões de usuários do SUS, a CartaSUS, para colher as impressões sobre a atenção recebida e informar sobre os custos de tratamento; implantação de totens, terminais de autoatendimento eletrônico que dão acesso à página web da Ouvidoria; realização de pesquisas telefônicas, com ampla abrangência, sobre a satisfação com os serviços prestados pelo SUS; promoção de iniciativas de ouvidoria itinerante.

Ainda em relação à atuação da Ouvidoria, foram enviadas 5.095.196 CARTASUS até o 2º quadrimestre, com previsão de superação da meta anual, que é de 7 milhões de CARTASUS enviadas. Além das ações citadas foi implantado em maio de 2012 o Serviço de Informação ao Cidadão com a finalidade de cumprir a Lei de Acesso à Informação e no período de 14/05 a 30/08/2012 foram respondidos 512 pedidos de informação pelo e-SIC e 58.130 informações disseminadas pelo 136.

Quanto à auditoria, um importante resultado em busca da melhoria do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) foi a realização, por meio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), de maio a julho de 2012, de 05 turmas do curso de auditoria em serviços de média e alta complexidade, envolvendo 145 técnicos dos três componentes SNA. Outra iniciativa foi a realização de Encontros Regionais do SNA, com o objetivo de realizar um alinhamento conceitual sobre a auditoria bem como discutir os normativos pertinentes ao Sistema. Foram também realizadas 266 ações de cooperação técnica prestadas pelo Denasus aos componentes estaduais e municipais do SNA, aos conselhos de saúde e aos órgãos de controle externo.

No que tange as ações de controle interno e auditorias, foram realizadas, até agosto de 2012, 1.028 ações, sendo 322 auditorias, 178 fiscalizações, 34 verificações de Termos de Ajustes Sanitários (TAS) e 494 visitas técnicas.

Também destaca-se no período o início do 2º ciclo das oficinas de monitoramento dos Objetivos Estratégicos do Ministério da Saúde (Ago/Set) para verificação e aferição dos resultados do período de maio a agosto; e o encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária 2013, em 31 de agosto de 2012, discutida com as áreas técnicas e vinculadas do MS e apresentadas ao Conselho Nacional de Saúde em 23 de agosto de 2012.

Outro resultado importante neste Objetivo foi avanço dado a regulamentação da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012. A discussão do decreto que regulamenta a LC 141 já está finalizado pelas áreas técnicas do MS. As consultorias jurídicas do MPOG, MS e da Casa Civil estão analisando o projeto do decreto e a AGU fará apreciação dos aspectos da Lei, devendo finalizar a revisão até o final de agosto, para que o Decreto

possa ser assinado. A portaria de regulamentação do SIOPS também está sendo analisada juntamente ao Decreto e será publicada 90 dias após sua entrada em vigor. A expectativa de assinatura pela Presidenta da República é no final de setembro.

OE 11: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS. (Diretriz 8 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a cobertura do programa "Aqui tem farmácia popular" nos municípios do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.	517,00	1.501 municípios do mapa da extrema pobreza com cobertura do programa "Aqui tem farmácia popular"	N/A	8415 - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de oito em 2011 para 20 até 2015	Não aplicável	12 medicamentos fitoterápicos implementados	4 novos medicamentos fitoterápicos implementados	20K5 - Apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS
Disponibilizar três unidades internacionais (U.I.) de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	500,00	3 U.I de fator VIII per capita e 0,8 U.I de fator IX per capita disponibilizados	N/A	4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

Até o momento, há 558 farmácias próprias do MS em funcionamento no Brasil pelo Programa Farmácia Popular, presentes em 441 municípios. No Aqui Tem Farmácia Popular, existem 19.770 farmácias credenciadas, presentes em 3.363 municípios.

Mensalmente, cerca de 4,5 milhões de pessoas são beneficiadas pela dispensação gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes.

Foi publicada no dia 28 de maio de 2012, a Portaria Nº 1.091, que estabelece processo de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde do medicamento olanzapina 5mg e 10mg comprimido, do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. A primeira distribuição do medicamento adquirido ocorreu em julho de 2012. No âmbito da aquisição de medicamentos, também foi publicada a Portaria nº 1.146 em 1º de junho de 2012 que incluiu três medicamentos para o tratamento de asma no elenco do "Saúde Não Tem Preço" (brometo de ipratrópio, dipropionato de beclometasona e sulfato de salbutamol).

O Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), por meio Portaria nº 1.214 de 13 de junho de 2012, para fortalecer o uso racional e a qualidade do acesso a medicamentos no Brasil. Para dar início as ações, o ministério investiu R\$ 17 milhões na aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação e manutenção dos serviços das Centrais de Abastecimento

Farmacêutico e Farmácias no âmbito da Atenção Básica. Os recursos contemplarão 453 municípios com população em extrema pobreza com até 100 mil habitantes, prioritários no Plano Brasil Sem Miséria.

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria SCTIE nº 13, de 19 de junho de 2012, habilitou 12 (doze) municípios a receberem recursos referentes ao apoio à estruturação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), no âmbito do SUS, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, selecionados pelo Edital SCTIE nº 1, de 26 de abril de 2012. O valor do incentivo financeiro repassado aos 12 Municípios corresponde a R\$ 6.639.620,09, sendo R\$ 5.807.998,00, como recurso de custeio e R\$ 831.622,09, como recurso de capital.

No que tange à gestão da assistência farmacêutica, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF), do Ministério da Saúde, desenvolveu o HÓRUS – Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica. O HÓRUS tem com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços e aos medicamentos e para a qualificação da atenção prestada à população nas três esferas do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), atendendo as características específicas dos Componentes da Assistência Farmacêutica, sendo eles: básico, estratégico e especializado. O Hórus Básico, majoritariamente, será implantado nos municípios e os módulos estratégico e especializado serão implantados nos estados. Até agosto de 2012: 10,15% dos municípios têm o Hórus básico implantado; 57% dos estados têm o Hórus Básico, 33,33% têm o Hórus Espacializado implantado e 60% tem o Hórus Estratégico implantado. O Hórus Clínico ainda não iniciou implantação nos estados, uma vez que ainda não foi finalizado.

OE 12: Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. (Diretriz 10 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.	195,00	15%	N/A	8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.	57,00	30%	N/A	20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde
Atender a demanda do programa de controle da tuberculose com produção nacional de dois medicamentos.	-	0	0	N/A
Atender a demanda do programa para a prevenção e controle das hepatites virais com produção nacional de dois medicamentos.	-	0	N/A	N/A
Atender a demanda do programa de prevenção e controle das DST/Aids com produção nacional de três medicamentos.	7,00	2	N/A	4388 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.	76,521	150.000 litros de plasma	68.000 litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados	N/A
Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.	200,00	29% da construção concluída	N/A	1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia.	-	2 etapas de projetos realizadas	N/A	8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA
Promover a realização de dois testes clínicos da vacina contra dengue.	-	0	0	N/A
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015	20,00	30 estudos nacionais fomentados	N/A	8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

No dia 15 de maio de 2012 aconteceu em Brasília o Seminário Nacional Saúde e Rio+20, no auditório da Fundação Oswaldo Cruz. O encontro teve como finalidade colocar a saúde em discussão aliando ao contexto da Rio+20 que foi realizada em junho. Foram tratadas preferencialmente as políticas de proteção e promoção social na área da saúde levando em conta os desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável.

O Governo Federal investiu R\$ 52 milhões para ampliar, em seis vezes, a produção nacional da vacina BCG contra a tuberculose. O objetivo é exportar o insumo para o mercado global, além de continuar abastecendo a demanda interna. O Ministério da Saúde, que liderou a ação no âmbito do Programa de Investimentos no Complexo Industrial da Saúde (Procis), firmou convênio com a Fundação Ataulfo de Paiva (FAP) – laboratório público produtor da vacina – que prevê a construção de nova planta industrial, em Xerém (RJ). Atualmente, o pólo industrial fica no centro do Rio de Janeiro e produz 10 milhões de doses por ano, sendo a maior parte para consumo interno. O país exporta apenas para o Haiti. A nova planta industrial terá capacidade de produzir 60 milhões de doses por ano, sendo que 60% deste quantitativo serão destinados à exportação da vacina. A expectativa é que, no final de 2013, seja produzido o primeiro lote da vacina na nova planta industrial. Do total de recursos investidos (R\$ 52 milhões), o Ministério da Saúde investirá R\$ 20 milhões, o BNDES R\$ 6 milhões e a FAP outros R\$ 26 milhões.

O Ministério da Saúde recebeu os projetos executivos para parceria de desenvolvimento da produção das vacinas de hepatite A e tetravalente viral (MMRV- varicela). Quanto à vacina tetravalente viral o laboratório público produtor será Biomanguinhos/Fiocruz que terá a transferência de tecnologia realizada pela Glaxosmithkline Biologicals SA. Em relação à vacina para hepatite A, a parceria de transferência de tecnologia será da Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda para o Instituto Butantan.

O Ministério da Saúde centralizou a compra do medicamento Rivastigmina, indicado para Alzheimer, e conseguiu economizar R\$ 15 milhões no processo. A iniciativa permitiu um aumento de 30% na cobertura nacional de pacientes com a doença este ano: a previsão é atender 39.278 pessoas. A medida foi possível uma vez que o remédio passou a ser produzido por meio de Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre o laboratório público Instituto Vital Brazil (IVB) e os laboratórios privados Laborvida e Nortec.

No dia 31 de agosto o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia, assinaram acordo para fortalecer a produção, modernizar e qualificar plantas produtivas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) – em São Paulo - e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) – no Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde está investindo R\$ 27 milhões nos dois institutos. O acordo foi firmando no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis), com investimento no Ipen - em São Paulo - de R\$ 17,5 milhões e R\$ 9,5 milhões para o IEN – Rio de Janeiro. O

objetivo é de adequar a produção de radioativos, utilizados em medicina nuclear para terapia e diagnóstico em oncologia, neurologia e cardiologia, às Boas Práticas de Fabricação (BPF), instituídas pela Anvisa em 2010. Os institutos têm até 2014 para atender a todos os requisitos legais da agência, levando em conta também os requisitos de segurança radiológica impostos pelas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

OE 13: Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde. (Diretriz 9 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Ampliar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, aumentando em 4 vezes o número de processos concluídos até 2015.	262,72	118.700 processos concluídos	111.632 processos concluídos	4339 - Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar
Operacionalizar 90% dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais.	949,02	90% dos acordos operacionalizados	N/A	N/A

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

A ANS está implantando o Espaço da Qualidade da Saúde Suplementar, em fase de homologação para testes. Este Portal permitirá aos usuários de planos de saúde realizar uma comparação online de diferentes indicadores de qualidade, entre eles, a estrutura, assistência e satisfação dos beneficiários. A ANS também permitirá que a população observe a rede de cobertura de cada plano nos sítios das operadoras, favorecendo a escolha na hora da contratação ou migração de plano.

A ANS está em processo de contratação com o Dieese para Pesquisa junto aos consumidores de planos coletivos empresariais. A contratação encontra-se em fase inicial de formalização.

Aprovada a Lei 12.653, de 29 de maio de 2012, que altera o Código Penal para incluir o artigo 135-A, que tipifica o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia. A lei também obriga a divulgação de cartaz nas unidades hospitalares privadas alertando para a nova regra. Desde maio o Ministério da Saúde encaminhou, em conjunto com a Confederação Nacional de Saúde, o modelo dos cartazes a serem fixados nas entradas dos hospitais privados, uma vez que a lei passou a vigorar integralmente a partir da sanção presidencial.

OE 14: Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira. (Diretriz 14 do PNS)

Resultados esperados na PAS em 2012:

Metas PNS	Meta Financeira PAS 2012- R\$ milhões	Meta Física PAS 2012	Meta Física PAS 2012 - Realizado até Ago/2012	Ação Orçamentária
Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa	0,118	100% do escritório em Moçambique implantado	100% escritório implantado	2B42 - Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde
Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios	159,30	- 2 reuniões presenciais para regulamentar o acesso à saúde (Uruguai e Argentina); - 4 reuniões presenciais para estimular a celebração de Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas (Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana Inglesa); - 2 reuniões presenciais para implementar os acordos de localidades fronteiriças vinculadas (Uruguai e Argentina); - 3 Reuniões presenciais para trabalhar com as necessidades locais das regiões de fronteira (Guiana Francesa, Bolívia, Paraguai)	N/A	20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde

N/A – não aferido ou aferição anual.

Outros resultados

O Ministério da Saúde participou de Seminário do Observatório Iberoamericano de Políticas e Sistemas de Saúde. O evento aconteceu em Guimarães, Portugal, dentro do IV Encontro Nacional das Unidades de Saúde Familiar (USF). O lema do encontro foi “Por uma nova cultura de Saúde: Refletir para desenvolver e atender às necessidades da população”. Além do Observatório Iberoamericano, participam acadêmicos de mais de dez instituições universitárias nacionais e internacionais. A meta é promover uma interação entre três espaços de informação no campo da saúde: o acadêmico e de pesquisa, o institucional e de gestão e o espaço de atuação da sociedade civil e dos que trabalham diretamente com as comunidades e com os usuários.

O Ministério da Saúde participou em julho da reunião sobre o projeto de Cooperação Tripartite Haiti-Brasil-Cuba. A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti tem o objetivo de conjugar esforços das três partes para viabilizar a assinatura de projetos específicos para a realização de atividades de

recuperação de infraestrutura e capacitação de profissionais de saúde que fortaleçam o sistema público de saúde do Haiti. As responsabilidades são divididas entre os três países.

Brasil e Reino Unido discutiram a construção do Registro Eletrônico de Saúde. O Ministério da Saúde agendou oficina para discutir o processo de construção do Registro Eletrônico de Saúde do SUS.

OE 15: Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

Por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2) do Governo Federal, a Funasa destinou recursos no valor de R\$ 2,9 bilhões para a realização de 1.016 obras de saneamento ambiental e para a elaboração de 2.699 projetos executivos de engenharia em municípios com menos de 50 mil habitantes de todo o país.

Em relação aos Municípios apoiados com ações de controle da qualidade da água visando garantir a sua potabilidade, 676 municípios serão apoiados durante o ano de 2012, sendo que até junho foram apoiados 316 municípios.

No que tange às Associações / Cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis beneficiados com ações de inclusão social em saúde ambiental e saneamento básico, foram selecionadas 10 Cooperativas e Associações de catadores de matérias recicláveis. As cooperativas e associações transmitiram os projetos e seus respectivos Planos de Trabalho, por meio do Sistema de Convênio SICONV, os quais foram aprovados pelo concedente, com vistas a celebração de convênio.

OE 16: Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

No período foram identificadas realizações em diversas áreas que compõem o Plano Brasil sem Miséria:

- Habilitação de 5.458 propostas de ampliação de UBS;
- Implantação de 74 consultórios na rua; adesão de 1.321 municípios ao pré-natal;
- Entrega de 931 Consultórios de saúde bucal em 331 municípios do Mapa da pobreza e implantados 6 novos Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs;
- Credenciamento de 126 Municípios ao Programa Farmácia Popular do Brasil;
- Contratação de 154 obras para os Sistemas de abastecimento de água - comunidades quilombolas, comunidades rurais, aldeias indígenas e elaboração de projetos, tendo superado, portanto, a meta para o ano, que era de 123 contratações.
- Disponibilizados R\$ 50 milhões para cirurgias eletivas de catarata destinados aos municípios com 10% ou mais de sua população em situação de extrema pobreza.
- Termo de Cooperação firmado com a Marinha do Brasil para a fiscalização das UBS fluviais e a construção de mais 32.
- Quanto a identificação e tratamento dos portadores de Schistosoma mansoni nos municípios endêmicos, foram realizados 87.103 exames em 153 municípios endêmicos e tratados 2.580 dos 4.748 portadores de Schistosoma mansoni diagnosticados.

Anexos

1. Auditorias do DENASUS até o 2º quadrimestre.

Verificação de Conformidades

Atividades realizadas	Situação		
	Iniciada	Em andamento	Encerrada
Auditoria	322	77	368
Fiscalização	178	---	30
Verificação do TAS ⁽¹⁾	34	---	37
Visita Técnica	494	38	94

Obs.: O levantamento não permite totalização devido à continuidade de cada atividade no período.

⁽¹⁾ Temo de Ajuste de Sanitário - compromisso de aplicação de recursos com inadequação de objeto ou de valor, de acordo com a adequação de ação identificada.

Fonte: Coordenação de Sistemas de Informação - DENASUS/SGEP/Ministério da Saúde

Atividades realizadas por áreas de atuação

Áreas de atuação	Conformidades constatadas		
	Conforme	Não Conforme ⁽¹⁾	Total
Assistência Farmacêutica	151	228	379
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	17	18	35
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	13	16	29
Assistência Farmacêutica Básica	121	194	315
Assistência Média e Alta Complexidade	803	824	1.627
Assistência Ambulatorial	188	197	385
Assistência Hospitalar	336	400	736
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	178	170	348
SAMU 192	101	57	158
Atenção Básica	412	521	933
ESF - PACS/PSF	102	205	307
ESF Saúde Bucal	31	45	76
Processo de Trabalho	173	128	301
Resultado	13	27	40
Unidade hospitalar	1		1
Unidades Básicas de Saúde	92	116	208
Consórcio	1		1
Municipal	1		1
Controle Social	230	256	486
Conferência de Saúde	10	3	13
Conselho de saúde	208	243	451
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	12	10	22

Áreas de atuação	Conformidades constatadas		
	Conforme	Não Conforme ⁽¹⁾	Total
Controles Internos	57	89	146
Estrutura	4	29	33
Processo	53	57	110
Resultado		3	3
Engenharia/Arquitetura	5	12	17
Equipamentos	3	4	7
Obras e Serviços	2	8	10
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	16	14	30
Educação em Saúde	5	3	8
Gestão do Trabalho	11	11	22
Gestão Municipal	22	7	29
Assistência de Atenção Básica	21	2	23
Regulação	1	5	6
Programa Farmácia Popular do Brasil	424	921	1.345
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	423	921	1.344
Unidades Próprias	1		1
Programas Estratégicos	40	32	72
Estrutura	4	6	10
Processo	27	23	50
Resultado	9	3	12
Recursos Financeiros	723	583	1.306
Contrato	42	37	79
Convênios	59	35	94
Emenda Constitucional 29/2000	14	4	18
Execução Orçamentária	130	165	295
Fundo a Fundo	115	58	173
Fundo de Saúde	250	188	438
Licitação	113	96	209
Recursos Humanos	19	35	54
Gestão	7	17	24
Profissionais de Saúde	12	18	30
Regionalização, Planejamento e Programação	149	128	277
Comissão Intergestores Bipartite		1	1
Estrutura Organizacional	2	6	8
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	7	8	15
Plano de Saúde	58	58	116
Relatório de Gestão	52	51	103
Termo de Compromisso de Gestão	30	4	34
Regulação	29	47	76
Centrais de Regulação	11	22	33
Controle e Avaliação	18	25	43

Áreas de atuação	Conformidades constatadas		
	Conforme	Não Conforme ⁽¹⁾	Total
Saúde Bucal CEO (média e alta complexidade)	5	3	8
Estrutura	2	1	3
Processo	1	1	2
Resultado	2	1	3
Saúde do Trabalhador	22	11	33
Ações	5	4	9
Estruturação	5	1	6
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	4		4
Produção de Informação	3	5	8
Recursos Humanos	2	1	3
Recursos Materiais	2		2
Regionalização	1		1
Sistema Nacional de Auditoria	6	16	22
Estrutura	1	6	7
Processo	5	9	14
Resultado		1	1
Vigilância em Saúde	131	154	285
Vigilância Ambiental	4	4	8
Vigilância Epidemiológica	112	131	243
Vigilância Sanitária	15	19	34
Total geral	3.245	3.881	7.126

⁽¹⁾ Situações de não conformidade geram diversos tipos de recomendações.

Fonte: Coordenação de Sistemas de Informação - DENASUS/SGEP/Ministério da Saúde